

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 19/02/2021.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO

CÉSAR ALEXANDRE DOS SANTOS

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O JOVEM TRABALHADOR ELETRICITÁRIO
O CASO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

MARÍLIA
2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO

CÉSAR ALEXANDRE DOS SANTOS

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O JOVEM TRABALHADOR ELETRICITÁRIO
O CASO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Faculdade de Filosofia e
Ciências – UNESP – Câmpus de Marília

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Antonio
Pinto Alves

Linha de Pesquisa: Determinações do
mundo do Trabalho

MARÍLIA
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

S237p	Santos, Cesar Alexandre dos Precarização do trabalho e o jovem trabalhador eletricitário: o caso da Companhia Paranaense de Energia / Cesar Alexandre dos Santos. -- Marília, 2019 300 p. : il., tabs., mapas + 1 CD-ROM Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientador: Giovanni Antônio Pinto Alves 1. Trabalho. 2. Manipulação. 3. Toyotismo. 4. Estranhamento. 5. Adoecimento. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

CÉSAR ALEXANDRE DOS SANTOS

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O JOVEM TRABALHADOR ELETRICITÁRIO
O CASO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Faculdade de Filosofia e
Ciências – UNESP – Campus de Marília

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves (Orientador)
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília (FFC)

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)

Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Carneiro Araújo
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília (FFC)

Prof. Dr. Roberto Leme Batista
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná
Campus de Paranavaí

Marília, 20 de fevereiro de 2019
Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais: Vicente e Maria,
trabalhadores e mestres da vida que me
ensinaram o valor da busca contínua pelo
aprendizado.*

*Aos grandes amores da minha vida:
Edilene, Luara e Caio, pelo incentivo e
paciência incalculável, sendo
responsáveis diretos pelo êxito dessa
pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Giovanni Alves que tão bem me orientou e incentivou na realização dessa pesquisa, oportunizando-me total liberdade para desenvolvê-la. A você, amigo Giovanni, agradeço imensamente pela orientação em cada passo da pesquisa, bem como pela parceria e pela generosidade nas diversas atividades que ela exigiu. Antecipadamente também peço desculpas por eventuais lacunas que o trabalho possa apresentar.

Aos professores do programa de Pós-Graduação, por oportunizar-me compartilhar conhecimentos e experiências fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos amigos companheiros alunos do programa com os quais compartilhei além da amizade, as angústias e a inquietação que movem todo pesquisador.

Aos trabalhadores da secretaria da pós-graduação, pela atenção e presteza ao longo de todo o curso.

Ao prof. Dr. Francisco Luiz Corsi e ao prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio pela valorosa contribuição na banca do Exame de Qualificação.

Aos professores e amigos do Departamento de História da UNESPAR – Campus de Paranaíba, pelo apoio, estímulo e parceria ao viabilizar as condições para que pudesse realizar os estudos e as viagens necessárias.

Também expressei minha gratidão em especial a dois amigos, que sempre me incentivaram na busca pela conquista dessa importante etapa da minha vida acadêmica, o prof. Dr. Roberto Leme Batista e prof. Dr. Renan Bandeirante de Araújo, membros do Departamento de História da UNESPAR – Campus de Paranaíba.

A minha grande amiga prof^a. Ms. Sandra Alves da Silva, que me incentivou, opinou na pesquisa e sempre corrigiu tão bem meus trabalhos acadêmicos.

Finalmente, é claro, manifesto meu incondicional amor e gratidão a três razões da minha existência: a minha amada esposa Edilene e meus amados filhos Luara e Caio que foram tão pacientes quando da ausência em vários momentos de suas vidas em razão dos estudos, motivadores incansáveis a todo momento e colaboradores nas leituras, nas correções necessárias e nas angústias ao longo da pesquisa.

Essa caracterização sumamente genérica da atualidade capitalista mostra que todas as manipulações econômicas, sociais e políticas dominantes se convertem em instrumentos mais ou menos conscientes para acorrentar o homem à sua particularidade e, desse modo, ao ser estranhado (Lukács).

SANTOS, C. A. Precarização do trabalho e o jovem trabalhador eletricitário: o caso da Companhia Paranaense de Energia. 2019. 300 fs. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves

Área de Concentração: Ciências Sociais

Linha de Pesquisa: Determinações do mundo do Trabalho

Data de defesa: 20/02/2019

RESUMO

A presente tese teve como objetivo analisar os principais aspectos sociometabólicos que influenciaram na determinação do perfil do jovem trabalhador eletricitário da Companhia Paranaense de Energia. Analisamos como a “nova” morfologia do capitalismo, resultado da recente globalização, reorientou ideologicamente os governos e a sociedade da maioria dos países. Isso levou à constituição de um “novo” metabolismo no ambiente de trabalho, gerando “novas” dimensões e formas de precarização para os trabalhadores. A dinâmica capitalista neoliberal intensificou a manipulação social, impondo culturalmente um comportamento consumista, individualista e competitivo para as novas gerações. Procuramos demonstrar como o incremento tecnológico e o método de gestão toyotista implementado pela empresa a partir do final da década de 1990 alinharam-se com o ideário neoliberal e influenciaram decisivamente na constituição do perfil dos “novos” trabalhadores que se caracterizam principalmente pela competitividade, individualidade, flexibilidade, polivalência, empreendedorismo e proatividade. Além disso, a reestruturação produtiva da empresa impactou negativamente a subjetividade desses novos trabalhadores, precarizando ainda mais suas existencialidades, levando-os a experimentar o estresse, a desesperança, o estranhamento e, por vezes, até o adoecimento físico e/ou psicossocial.

Palavras-chave: Trabalho; manipulação; toyotismo; flexível; estranhamento; adoecimento

ABSTRACT

The aim of this thesis was to analyze the main socio-metabolic aspects that influenced the determination of the profile of the young electrical worker of Companhia Paranaense de Energia. We analyze how the "new" morphology of capitalism, the result of recent globalization, has ideologically reoriented the governments and society of most countries. This led to the creation of a "new" metabolism in the workplace, generating "new" dimensions and forms of precariousness for workers. Neoliberal capitalist dynamics intensified social manipulation, culturally imposing consumerist behavior, individualistic and competitive for the new generations. We tried to demonstrate how the technological increment and the toyotista management method implemented by the company from the end of the 1990s aligned with the neoliberal ideology and decisively influenced the profile of the "new" workers that are characterized mainly by competitiveness, individuality, flexibility, polyvalence, entrepreneurship and proactivity. In addition, the productive restructuring of the company has negatively impacted the subjectivity of these new workers, making their existentials even more precarious, causing them to experience stress, hopelessness, estrangement, and sometimes even physical and / or psychosocial illness.

Keywords: Work; manipulation; toyotism; flexible; strangeness; illness

LISTA DE TABELAS

Nome da tabela	pg.
Composição Acionária da Copel – 2016	111
Participação Acionária da Copel – principais empresas – 2008	113
DIEESE – Análise Econômica e Financeira da Copel – 2009 a 2017	117
DIEESE – Reajuste, resíduos, inflação – Trabalhadores Copel – 1995 a 2017	172
DIEESE – Número de empregados (próprios/terceirizados) Copel – 2001 a 2017	200

LISTA DE FIGURAS

Nome da figura	pg.
Capa do Informativo Trimestral – dez 2001 – Copel	110
Organograma Participação Societária – demais investimentos – Copel 2018	114
Presença da Copel nos Estados Brasileiros	115
Ciclo PDCA	130
Mapa do Anel de Fibra Ótica do Paraná – Copel Telecom	148
Encarte Motivacional – “Sangue Laranja” – Copel	162
Encarte Motivacional – Projeto “Anima” – Copel	164
Logomarca – Gerente em Ação / Conversa Olho no Olho	167
Link de acesso a Pesquisa: O Trabalho do Eletricitário – Paraná 2017	211
Cópia de tela de conversa no <i>WattsApp</i> “1”	216
Cópia de tela de conversa no <i>WattsApp</i> “2”	243
Logomarca do Seminário “Saúde e Segurança do Trabalho” – CSEC	267

LISTA DE GRÁFICOS

Nome do Gráfico – O Trabalho do Eletricitário – Paraná 2017	pg.
No seu ponto de vista as metas exigidas no seu trabalho pela empresa, devem?	169
Concorda com a virtualização dos processos de trabalho?	191
Sexo?	213
Função?	213
Estado Civil?	213
Quantos Filhos?	213
Idade?	214
Renda Pessoal?	214
Propriedade (residência)?	214
Total de pessoas que residem na casa?	215
Forma usual de ir e vir do trabalho?	215
Qual sua formação educacional?	217
Você acha importante continuar estudando para crescer profissionalmente na empresa?	218
Sua formação educacional está: acima, abaixo ou no nível solicitado para sua função?	220
Você tem esperança de crescer na sua carreira profissional na empresa?	221
Carga horária diária de trabalho?	224
Quantas horas fica de sobreaviso fora do expediente a disposição da empresa?	225
Preocupa-se com tarefas do trabalho nos finais de semana	226
Dedica pouco tempo a família em função do trabalho?	227
Visita pouco os parentes por causa do trabalho?	227
Trabalha além da jornada legal de trabalho?	228
Acha adequada a exigência de metas de produtividade para o trabalho?	229
Considera as metas de produtividade razoáveis para execução das tarefas?	229
Utiliza novas tecnologias informacionais no trabalho?	231
Concorda com a virtualização dos processos de trabalho?	232
Considera o processo eletrônico eficaz?	232
No dia a dia utiliza smartphone com acesso à internet?	233
Utiliza frequente o smartphone com acesso à internet para assuntos do trabalho?	233
Utiliza com frequência fora do ambiente de trabalho, redes sociais na internet?	233
Na sua opinião o que contribui para intensificação da carga de trabalho?	235
Existe controle do tempo gasto na execução de cada serviço?	237

Se sim, você acha esse tempo adequado?	237
Você acha que o volume de serviços deveria: aumentar, diminuir, manter?	237
Na sua opinião, está ocorrendo aumento continuado da produtividade?	240
Você acha que está sendo premiado quando ocorre aumento de produtividade?	240
Já teve sintomas ou sofreu estresse, depressão ou algo similar?	245
Já pensou em acabar com sua vida alguma vez?	245
Sente-se nervoso (a), tenso (a), preocupado (a)?	246
Ao deitar-se, consegue se desligar das preocupações com o trabalho?	246
Dorme mal?	247
Nos últimos cinco anos apresentou algum sintoma de adoecimento relacionado ao trabalho?	247
Já sofreu algum acidente de trabalho?	248
Com qual frequência você utiliza medicamentos analgésicos?	249
Com qual frequência você utiliza medicamentos antidepressivos?	249
Considera importante a Ginástica Laboral?	250
Faz Ginástica Laboral?	250
Seu trabalho exige muito de você?	251
Você tem tempo suficiente para cumprir as tarefas do seu trabalho?	251
Você considera que sua vida pessoal é afetada negativamente por seu trabalho?	252
O trabalho permite dedicar-se a família o tempo que você gostaria?	253
Você acha que existe solidariedade entre os trabalhadores da empresa?	255
Em relação à empresa você se sente um colaborador, operário, trabalhador...?	258
Em relação ao termo “colaborador” utilizado pela empresa para dirigir-se a todos no ambiente de trabalho, você acha esse termo apropriado?	258
Como você vê as práticas voltadas à “qualidade total” implementadas pela empresa?	259
Você acredita ser importante para vida profissional os preceitos da qualidade desenvolvidos pela empresa?	259
Você acredita ser importante para sua vida Particular os preceitos da qualidade?	259
Você aplica os conceitos da qualidade em outras esferas de sua vida particular?	259
Você é filiado ao sindicato de sua categoria?	261
Em que medida você avalia que o sindicato lhe representa?	264
Em que medida você avalia o trabalho na busca de melhorias nas condições de trabalho e dos salários, feito pelos sindicatos?	264
É associado ao clube dos funcionários da empresa?	265
Participa de outras associações (recreativa, cultural)?	266

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRADEE – Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários

AT – Alta Tensão

BIRD – Banco Internacional para Recuperação e Desenvolvimento

BNDESPAR – BNDS Participações S.A.

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

BT – Baixa Tensão

CADAM – Comissão de Análise de Denúncia de Assédio Moral

CCQ – Círculos de Controle de Qualidade

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CIPA – Comissão Interna de Prevenção a Acidentes

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMK – Coordenação de Marketing

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COD – Central de Operação e Despacho

COMPAGAS – Companhia Paranaense de Gás

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

COPELPAR – Copel Participações S.A.

CPF – Cadastro da Pessoa Física

CSEC – Coletivo Sindical Eletricitário da Copel

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

EAD – Ensino a Distância

ELETRORBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

EPC – Equipamento de Proteção Coletiva

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.

EUA – Estados Unidos da América

FCO – Fundação Christiano Ottoni
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNU – Federação dos Urbanitários
FNQ – Fundação Nacional da Qualidade
GCI – Gestão Corporativa Integrada
GPS – Sistema de Posicionamento Global
GSST – Gestão de Serviços e Segurança do Trabalho
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
JK – Juscelino Kubitschek
KV – Kilo Volt (unidade de medida elétrica)
LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento
LIGHT – Companhia de Energia do Rio de Janeiro
MAE – Mercado Atacadista de Energia
MAI – Manual de Atendimento Informatizado
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEI – Micro Empreendedor Individual
MIC – Manual de Instruções Comerciais
MIT – Manual de Instruções Técnicas
MME – Ministério das Minas e Energias
MOI – Manual Operacional Informatizado
NYSE – Bolsa de Valores de Nova Iorque
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONS – Operador Nacional do Sistema
ONU – Organização das Nações Unidas
PDCA – Método para Análise e Solução de Problemas
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PGA – Programa Gerente em Ação
PLC – Comunicações por Linha de Energia
PLR – Participação de Lucros e/ou resultados
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PND – Plano Nacional de Desestatização

PNQ – Prêmio Nacional da Qualidade

POE – Pesquisa de Opinião do Empregado

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

REMAR – Relatório de Acompanhamento de Resultados

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SENGE – Sindicato dos Engenheiros do Paraná

SERCOMTEL – Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina

SIEMCEL – Sindicato dos Empregados em Concessionárias dos Serviços de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia de Fontes Hídricas, Térmicas e Alternativas de Cascavel

SINDEL – Sindicato dos Trabalhadores nas Concessionárias de Energia Elétrica e Alternativa de Londrina e Região

SINDELPAR – Sindicato dos Eletricitários do Paraná

SINDENEL – Sindicato dos Empregados em Concessionárias dos Serviços de Geração, Transmissão e Comercialização de Energia Elétrica de Fontes Térmicas ou Alternativas de Curitiba

SINDIELETRO-MG – Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais

SINEL – Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Concessionárias de Energia Elétrica de Fontes Hídricas, Térmicas ou Alternativas de Ponta Grossa

SINTEC – Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Paraná

STEEM – Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica de Maringá e Região Noroeste do Paraná

STIECP – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro Térmica e de Fontes Alternativas de Cornélio Procópio

TI – Tecnologia da Informação

TQC – Controle da Qualidade Total (*Total Quality Control*)

UC – Unidade Consumidora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URRS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VHF – Rádio de Comunicação por Alta Frequência (*Very High Frequency*)

SUMÁRIO

Apresentação	19
Introdução	32
I. Mundialização e financeirização do capital: a busca pela saída da crise	32
II. A manipulação social sob a égide neoliberal	44
III. O aprofundamento da manipulação no interior das empresas: do fordismo ao toyotismo.....	62
IV. A intensificação da alienação (<i>Entfremdung</i>).....	76
V. O surgimento da “geração neoliberal”	92
1 – A reestruturação produtiva da Copel	98
1.1 – A Copel no contexto do desenvolvimento capitalista Brasileiro.....	98
1.2 – A mercadorização e financeirização da Copel	106
1.3 – A implantação das práticas toyotistas na Copel	118
1.3.1 – O marketing como ferramenta manipulatória	132
1.4 – A reformulação da base técnica da Copel	137
1.5 – O conflito geracional: resistência X flexibilidade	149

2 – Manipulação, precarização e redefinição dos processos de trabalho na Copel	158
2.1 – A manipulação ideológica no interior da Copel	158
2.2 – A precarização do trabalho na Copel	172
2.3 - As alterações nos processos de trabalho da Copel	179
2.3.1 – O atendimento personalizado aos clientes: sob o comando dos processos e manuais informatizados	181
2.3.2 – A operação do sistema elétrico: padronização, simplificação e precarização	192
2.3.3 – A execução do trabalho dos eletricitistas: automação, tecnificação e subordinação à maquinaria.....	199
3 – Trabalho precário e vida pessoal suprimida dos eletricitários da Copel	210
3.1 – Condições de vida, formação educacional e profissional dos eletricitários	212
3.2 – Trabalho estendido a vida pessoal dos eletricitários	224
3.3 – Condições de adoecimento no ambiente toyotista da Copel	234
3.4 – Relações de classe adoecidas: gerentes, trabalhadores e sindicatos	253
Considerações Finais	279
Referências Bibliográficas.....	290

Introdução

I – Mundialização e financeirização do capital: a busca pela saída da crise

O pós-guerra (1945) marcou o início de um novo círculo virtuoso de crescimento econômico internacional que ficou conhecido como os “trinta anos gloriosos” do capitalismo moderno. Este período de prosperidade foi impulsionado por vários fatores, especialmente pelo processo de reconstrução do Japão e das principais nações europeias destruídas durante a Segunda Guerra Mundial. A retomada da economia mundial gerou um grande volume de postos de trabalho e elevou a renda de uma fatia considerável de trabalhadores que foram incorporados ao mercado consumidor de mercadorias. Mas as melhorias salariais e a incorporação de direitos sociais para estratos da classe trabalhadora não se deram por benevolência do sistema, ao contrário, foram resultado direto da pressão das categorias de trabalhadores mais organizados, feita por meio dos sindicatos que temiam o retorno da recessão e do desemprego vivenciados nos anos 30. Esse período ficou conhecido como *Welfare State*, ou, Estado de Bem Estar Social⁹, que se constituiu de forma mais efetiva nas nações com capitalismo mais desenvolvido e central, especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

⁹ O “Estado de Bem-estar Social” (*Welfare State*) consolidou-se de forma completa nos Estados Unidos e nas principais nações capitalistas da Europa ocidental a partir de 1945, perdurando até o final do século XX. Esse processo foi o resultado da ação intervencionista do Estado na economia, na política e área social dessas nações visando promover uma maior distribuição de renda e conseqüentemente um aumento no consumo das mercadorias produzidas. Para isso, os governos atuaram no sentido de fortalecer e ampliar o número de serviços públicos oferecidos à população e fomentaram a criação de diversos benefícios e direitos sociais, especialmente para os setores médios da sociedade. O objetivo dessa ação era proporcionar aos indivíduos melhores condições de acesso aos serviços públicos, bem como dotá-los de maior capacidade econômica para obtenção das mercadorias produzidas em escala cada vez mais crescente pelo sistema. O Estado assumiu nesse período a função de principal promotor e organizador da vida social e econômica dessas nações (FIORI, 2013).

O grande desenvolvimento econômico e social alcançado pelas nações socialistas também pressionou o capitalismo a promover avanços sociais aos trabalhadores. A possibilidade de êxito do modelo de organização societária desenvolvido na União Soviética (URSS) representava um risco ao capitalismo. Neste sentido, os Estados Unidos elegeram os soviéticos como os principais inimigos das nações capitalistas: “(...) a política dos Estados Unidos será de apoio permanente aos povos livres que queiram resistir à dominação de minorias armadas ou forças externas (...) E de contensão permanente e global da União Soviética” (FIORI, 2004, p.18). O socialismo soviético promovia avanços substanciais na área social, na saúde, na geração de emprego, no desenvolvimento tecnológico, entre outras. Isso colocava em xeque a hegemonia do capital tanto nas nações de capitalismo central como nas nações periféricas, que poderiam se sentir inspiradas a aderirem ao socialismo. Esses foram alguns dos principais fatores que impulsionaram a economia capitalista do pós-guerra.

Pouco afetados pelos combates da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tornaram-se os protagonistas da retomada econômica mundial, sendo a nação que mais prosperou nesse período, levando-a a conquistar definitivamente a hegemonia econômica e bélica no mundo. O governo do país atuou de forma determinante no favorecimento da concentração da riqueza mundial nas mãos dos oligopólios internacionais, especialmente aqueles de origem norte-americana. “Ao final da II Guerra, da qual o território e os recursos norte-americanos saíram praticamente intactos, os Estados Unidos concentravam sozinhos a quase totalidade da liquidez mundial” (GASPAR, 2015, p. 268). O processo de expansão econômica das principais nações capitalistas fundamentou-se no keynesianismo¹⁰, que também

¹⁰ Conjunto das teorias e medidas defendidas inicialmente pelo economista britânico John Maynard Keynes, sintetizadas em sua obra “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” publicada em 1936 e que orientou a economia mundial a partir de 1930. Consiste numa doutrina oposta ao liberalismo econômico vigente até 1929 e que defende dentro dos parâmetros do mercado livre capitalista uma forte intervenção econômica/política do Estado, especialmente quando ocorrer a desaceleração da atividade econômica. Nela, Keynes defende que especialmente nos momentos de crise, o Estado intervenha como agente de condução efetiva da economia com vistas a garantir o pleno emprego e o desenvolvimento econômico. Essa teoria se contrapunha ao modelo liberal, hegemônico até a crise capitalista de 1929. Além disso, para o autor, caberia ao Estado a criação de uma ampla rede de benefícios sociais visando à melhoria da renda populacional, capaz de ampliar o consumo de mercadorias com vistas a criar um mercado interno robusto e dinâmico (KEYNES, 1978).

exigiu a constituição de um “novo” padrão produtivo para economias capitalistas, caracterizado pela produção e pelo consumo em massa das mercadorias. A político-econômica das principais nações capitalistas orientou a indústria e as demais empresas públicas e privadas a aprimorarem seus processos produtivos embasadas pelo fordismo/taylorismo¹¹. Isso perdurou por cerca de três décadas.

Motivado por diversos fatores, no início da década de 1970 a fase expansionista da economia mundial começou a dar sinais de esgotamento, levando o capitalismo a mais uma profunda crise. Como não há uma unanimidade na literatura acerca dos fatores que levaram a essa crise e em razão de não ser esse o objeto principal do nosso estudo, elencaremos apenas os aspectos que consideramos mais relevantes para constituição dessa conjuntura. Uma das justificativas utilizadas por um grande número de autores para explicar a crise dos anos 70 é a queda na taxa média de lucratividade do sistema, que vinha acentuando-se há algumas décadas, especialmente em razão do aumento da

¹¹ Em 1913 o norte-americano Henry Ford apresentou ao mundo um conjunto de fundamentos e pressupostos para organização da produção industrial aplicado em sua fábrica e que mais tarde foram adotados pela maioria das empresas, revolucionando a produção capitalista. Originalmente o modelo de gestão adotado por Ford tinha como principal objetivo produzir em larga escala os automóveis da sua indústria, reduzindo assim o preço por unidade. Desta forma, os veículos poderiam ser consumidos também em massa pela população, resultando no aumento da lucratividade. As publicações dos estudos científicos desenvolvidos por Frederick Taylor aperfeiçoaram as ideias de Ford, especialmente no tocante à racionalização da produção. O tempo gasto em cada tarefa foi medido e quantificado, tendo como objetivo formular alternativas para diminuição dos “tempos ociosos” na produção. Assim, o novo sistema uniu o fordismo e o taylorismo, reformulando e racionalizando os processos produtivos das empresas, dividindo tarefas e transformando o trabalhador em uma espécie de especialista na sua atividade. O sistema introduziu a inovação da “linha de montagem”, que consistia de uma esteira rolante por onde o produto se deslocava permitindo aos trabalhadores permanecerem fixos nos seus postos de trabalho, executando tarefas específicas e repetitivas. Esse processo padronizou as peças produzidas, simplificou as atividades dos trabalhadores, aumentou significativamente a velocidade da execução do trabalho e quantidade produzida (GOUNET, 1999, p. 18-19). Segundo Taylor, o caráter científico da administração das fábricas deveria estar a cargo do “setor de planejamento” que seria o responsável pelo *modus operandi* da produção. Neste sentido, ele fazia distinção e divisão entre o “trabalho manual” e o “trabalho intelectual” no interior das fábricas (CAVALCANTE; WOLFF, 2008, p. 4). Ford absorveu rapidamente as formulações de Taylor organizando a divisão hierárquica do trabalho no interior das empresas distinguindo as atividades de gerência, concepção, controle e execução. Assim, o fordismo/taylorismo dividiu o processo produtivo em praticamente dois grupos distintos, de um lado um grupo seleto de trabalhadores que tinham a função de planejar a produção, e do outro lado, a massa de trabalhadores com a função executora das tarefas e que praticamente ficavam fora do processo de planejamento. “Entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela exigência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões” (ANTUNES, 1995, p. 17).

composição orgânica do capital propiciada especialmente pelo incremento das novas tecnologias. Na medida em que a produção capitalista foi sendo aperfeiçoada, aumentou na mesma proporção a parcela de trabalho morto nos processos produtivos (maquinaria), diminuindo a participação do trabalho vivo (humano). Desenvolvido por Marx no livro III do Capital, este fenômeno é a mais tradicional explicação marxista para as crises capitalistas: “Assim, a “lei” de crescimento da composição orgânica do capital desempenha um papel vital na explicação marxista das crises capitalistas” (ALVES, 2018a, p. 97).

Essa tendência da queda da lucratividade provocada pelo aumento da composição orgânica do capital é resultado da própria lógica de funcionamento do sistema. A fim de dar conta dessa contradição, o capital busca criar mecanismos para manter e se possível ampliar esses lucros. A alternativa geralmente consiste em aumentar a produtividade dos trabalhadores de forma a tornar o produto mais competitivo no mercado. A principal forma de fazer isso se fundamenta no aporte tecnológico e na reformulação dos processos produtivos. No entanto, o aumento da produção de mercadorias impõe simultaneamente a necessidade do aumento no consumo dos bens e serviços produzidos. Se isso não ocorrer, ao invés de retomada da lucratividade haverá uma queda ainda maior nos preços e nos lucros. Além da superprodução de mercadorias, a concorrência também força a queda dos preços, especialmente quando não há consumo suficiente para dar conta do incremento produtivo. Neste sentido, pode-se afirmar que a queda da taxa de lucratividade induz o sistema a um aumento de produtividade como forma de garantir pelo aumento das unidades vendidas, os lucros e os níveis de acumulação desejados. Para isso, porém, é necessário criar condições de consumo a sociedade.

Entretanto, as crises de superprodução são manifestações contingentes da tendência constante da queda da taxa de lucros por conta do aumento da composição orgânica do capital. Para compensar a queda da taxa de lucros, os capitalistas buscam aumentar a massa de lucros por meio da ampliação da produção e elevação da quantidade de

mercadorias fabricadas ocasionando a superprodução de mercadorias (ALVES, 2018a, p. 39).

Assim, a crise foi potencializada por diversos fatores, com destaque para a progressiva diminuição da taxa de lucratividade, o aumento exponencial da produção de mercadorias (superprodução), a limitação do consumo dos mercados existentes, o avanço da organização do movimento sindical, a ampliação das conquistas trabalhistas e ainda, o aumento da concorrência dos países europeus nos mercados mundiais, a derrota norte-americana no Vietnã, entre outros. Além disso, o colapso do Sistema de *Bretton Woods*¹² (1971), que desestabilizou a economia mundial, e a crise do petróleo (1973) que elevou o preço do produto mundialmente, aumentando ainda mais o custo de produção das mercadorias, também foram alguns dos principais aspectos que corroboraram para o estabelecimento de uma das mais profundas recessões capitalistas de magnitude mundial, que vinha sendo gerada há décadas.

A crise estrutural decorreu da sobreposição de várias crises, quais sejam: crise de superprodução, crise do sistema financeiro internacional estabelecido em *Bretton Woods*, crise energética, crise do padrão tecnológico, crise do fordismo e crise da hegemonia dos EUA. Esses processos estavam entrelaçados (CORSI, 2013, p. 53).

A forte desaceleração da economia mundial teve como uma das principais consequências o “desemprego em massa”, seguido de uma “instabilidade social” em

¹² O Sistema *Bretton Woods* foi instituído em julho de 1944 numa conferência internacional comandada pelos Estados Unidos e que reuniu cerca de 44 nações. Nesta ocasião, visando alcançar a estabilidade econômica mundial após o término da Segunda Guerra, os países “decidiram” pela constituição de um novo padrão financeiro internacional. O acordo estabeleceu procedimentos e regras políticas e econômicas para o mundo capitalista, tendo como principal característica a dolarização das economias nacionais que foram obrigadas a indexarem suas moedas ao dólar (para mais ou para menos), sendo que apenas a moeda norte-americana teve seu valor fixado tendo o “ouro” como referência. Em 1971, vários fatores como a intensificação da crise capitalista, a demanda crescente por ouro, e a perda de competitividade comercial norte-americana frente às principais nações capitalistas, levaram o governo estadunidense a suspender unilateralmente o Sistema *Bretton Woods*, cancelando o padrão “dólar-ouro” e instituindo uma nova prática na economia mundial, baseada no “dólar flexível”. Isso foi determinante para a reorientação capitalista nas décadas seguintes que desencadeou um processo de mundialização e financeirização de capitais sem precedentes na história (BELLUZZO, 1995).

várias regiões do planeta. A diminuição da lucratividade do setor produtivo fez cair o nível de acumulação capitalista e, conseqüentemente o volume de investimentos no setor produtivo, tendo como resultado imediato a diminuição acentuada da oferta de postos de trabalho. Essa conjuntura negativa fez com que os níveis salariais crescessem abaixo dos níveis de produtividade, implicando numa diminuição da capacidade de realização do consumo da maioria da população. O subconsumo, porém, não é responsável pela crise, ele é uma das formas de manifestação dela, resultado da diminuição do poder aquisitivo de parte significativa da população. De certa forma, isso foi parcialmente equacionado nos países de capitalismo mais desenvolvido com o aumento da oferta de crédito, porém também gerou um aumento do endividamento, especialmente dos setores médios da sociedade.

Diante da crise, o modelo econômico (keynesiano) e produtivo (fordista) entrou em decadência, ameaçando o sistema em seus principais fundamentos. O capital internacional representado pelas nações capitalistas mais ricas, respondeu a essa conjuntura impondo diretrizes econômicas e sociais que atingiram primeiramente os governos dos países mais periféricos, como o Brasil. As medidas amargas adotadas pelo sistema atingiram mais fortemente as nações mais pobres, caracterizadas por um capitalismo tardio: “as políticas neoliberais foram impostas primeiro pela mais criminosa das violências no Chile, na Argentina, na Indonésia e em outros lugares, com apoio decisivo dos países capitalistas, a começar pelos Estados Unidos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.20). Tais mudanças influenciaram negativamente a vida e o cotidiano da maioria dos homens e mulheres desses países, afetando-os nas suas dimensões: econômica, religiosa, social, política e familiar.

A estratégia adotada pelo Capital para o enfrentamento à crise, consistiu em contrapor o keynesianismo e o fordismo por meio do resgate de valores liberais e conservadores predominantes até a crise de 1929. Práticas liberalizantes, com enfoque na valorização da “concorrência” e da “liberdade de mercado” foram aprofundadas no “novo” modelo econômico, sendo gradativamente incorporado pela maioria das nações do mundo. Esse movimento que se propôs a resgatar de forma

mais radical e aprofundada os valores e princípios do pensamento liberal denominou-se de “neoliberalismo”, passando a determinar cada vez mais o modo de ser dos governos e das pessoas na maioria do mundo.

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

No final da década de 1970 o neoliberalismo se consolidava mundialmente e de forma hegemônica como modelo de organização societária adotado, impondo uma “nova” dinâmica para organização e funcionamento do sistema capitalista. O neoliberalismo inicialmente buscou desconstruir as fronteiras nacionais a fim de viabilizar a mundialização¹³ do capital e expandir ainda mais sua influência junto ao setor financeiro, produtivo e comercial da maioria das nações do mundo.

A mundialização funda-se em processos concomitantes e intimamente interligados, quais sejam: (I) a formação de oligopólios transnacionais em importantes setores; (II) a formação de mercados de capitais, de câmbio e de títulos de caráter global; (III) a formação de um mercado mundial cada vez mais integrado; e (IV) a instituição de uma divisão internacional do trabalho baseada na reativa desconcentração industrial. Esses processos são acompanhados por uma onda de inovações tecnológicas, concentrada na biotecnologia e na informática. É o que se convencionou a chamar de a III Revolução Tecnológica e que atinge os mais diversos aspectos da vida social (ALVES, 2002, p. 7).

¹³A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos de Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

A diminuição da atividade econômica e dos lucros do sistema produtivo fez com que os excessos de capitais acumulados durante os “30 anos gloriosos” fossem direcionados na sua maioria para o setor financeiro mundial e não para o setor produtivo, como outrora ocorria. O objetivo era retomar os níveis de lucratividade e acumulação das décadas anteriores por meio da especulação no mercado financeiro. Isso fortaleceu as instituições financeiras que operavam no mercado de ações e diminuiu ainda mais os níveis de lucratividade do setor produtivo capitalista, que teve seus investimentos reduzidos. O processo de financeirização da economia visava à valorização do dinheiro por meio da aplicação dos capitais acumulados no mercado financeiro especulativo internacional. Assim,

O elemento condutor e o maior beneficiário do processo de globalização é a oligarquia financeira. A globalização marca uma retomada exponencial da financeirização da produção do capital, isto é, de predomínio do capital “puro”, do dinheiro que produz dinheiro (DEL ROIO, 1999, p. 146).

A intensificação da busca pela retomada da rentabilidade por meio da prática especulativa por parte do capital potencializou e fortaleceu ainda mais as principais Bolsas de Valores do mundo. Simultaneamente, esse movimento especulativo do dinheiro levou à desaceleração dos investimentos na produção de mercadorias. Neste sentido, países periféricos e endividados como o Brasil foram obrigados a pagarem altas taxas de juros para viabilizar a atração especulativa dos capitais internacionais. Sob o domínio de uma economia mundial dolarizada desde 1945 essas nações necessitavam captar recursos em dólar para o pagamento de suas dívidas também dolarizadas, ou para a realização de novos investimentos. Desta forma,

O capital se lançou freneticamente na especulação e encontrou aí o remédio para a baixa rentabilidade que foi forçado suportar durante a década de 1970. Assim, a especulação não foi um desvio do sistema, um defeito seu, mas uma tentativa de

solução, um remédio para a enfermidade estrutural do capitalismo: a tendência à queda da taxa de lucro (CARCANHOLO, 2013, p.137).

Os governos nacionais rapidamente perderam a capacidade de intervenção nas suas economias e nas suas políticas internas: “Para facilitar essa financeirização o mundo foi transformado numa grande economia interligada e livre das “barreiras nacionais” que dificultam o fluxo de capitais” (BERNARDO, 2000, p. 45). Para facilitar a ação especulativa do capital foi necessário impor medidas flexibilizantes, tais como: enfraquecer governos nacionais, desregulamentar e abrir economias, privatizar estatais, retirar direitos trabalhistas, entre outras (DARDOT; LAVAL, 2016, p.199). Isso desestruturou o mundo do trabalho e provocou a perda de conquistas históricas do “Estado de Bem Estar Social” adquiridas ao longo da história de luta do operariado (CORSI, 2013, p. 54).

Desta forma, a crise que se estabeleceu levou o capitalismo a reestruturar-se, a reconfigurar-se espacialmente na busca pela manutenção dos lucros. Os grandes oligopólios empresariais e industriais transferiram suas principais plantas produtivas para regiões do mundo com uma capacidade maior de rentabilidade, especialmente aqueles que ofereciam força de trabalho mais barata, tais como China, Coreia do Sul, alguns países asiáticos, entre outras. Essa reconfiguração espacial da produção capitalista formou cadeias globais de empresas organizadas em redes, caracterizadas pelo alto investimento em tecnologia, pela reestruturação produtiva e pela flexibilização dos seus processos de trabalho e de sua gestão. Esse movimento gerou desemprego em massa nos países economicamente desenvolvidos que perderam postos de trabalho, pressionando ainda mais negativamente os salários dos demais trabalhadores. A reestruturação capitalista espacial e produtiva, caracterizada pelo alto investimento em tecnologia também fez aumentar o “exército de reserva” mundial de trabalhadores.

Neste processo, o capital financeiro internacional pressionou as economias nacionais impondo-lhes como exigência a desestatização dos seus “serviços

públicos” (CHESNAIS, 1996). Seguindo as orientações neoliberais de desmonte do Estado Keynesiano, vários países foram obrigados a privatizar suas empresas estatais prestadoras de serviços públicos, especialmente aquelas vinculadas aos setores mais rentáveis, tais como: telefonia, siderurgia, aviação, energia, entre outras. Documentos como o “Consenso de Washington” exigiram a flexibilização dos serviços públicos, em especial pelas privatizações (BERNARDO, 2000, p. 44). Mesmo as poucas empresas que não foram privatizadas e permaneceram públicas, como a Copel, tiveram que se adaptar ao modo de funcionamento das empresas privadas, especialmente subordinando-se à lógica mercadológica imposta pelo neoliberalismo.

Com a privatização do setor público, o peso cada vez maior dos investidores institucionais e o aumento dos capitais estrangeiros na estrutura da propriedade das empresas, uma das principais mudanças do capitalismo foram os objetivos perseguidos pelas empresas sob pressão dos acionistas. De fato, o poder financeiro dos proprietários da empresa conseguiu dos gestores que estes exercessem pressão constante sobre os assalariados com intuito de aumentar os dividendos e as cotações na bolsa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 200).

Gradativamente a ideologia¹⁴ neoliberal se tornou hegemônica globalmente viabilizando a mundialização e financeirização do capital. Primeiro atuou junto aos

¹⁴ Gramsci refere-se à ideologia com sendo um processo que não visa apenas a ocultação da realidade, mas aparece como uma prática social que interage entre as diversas dimensões humanas: espiritual e material, individual e coletiva e que busca oferecer uma visão de mundo que oriente as ações humanas. Articula-se entre o real e o ideal, entre a teoria e a prática humana, por isso está presente na religião, no estado, na escola, na vida social. Complementando esse conceito, a visão materialista de Lukács concebe a ideologia como o complexo da vida social que tem o trabalho como a categoria fundante de toda *práxis* humana. Para ele, a ideologia tem como base ontológica o trabalho e serve como instrumento de reprodução, mediação e luta social, tendo como ambiente “natural” a sociedade de classes. O homem através do trabalho age sobre a natureza, relaciona-se com os outros homens e influencia seu destino. Ao produzir mercadorias o homem se reconhece e se humaniza pelo seu trabalho. A ideologia para Lukács não é uma elucubração individual arbitrária, é resultado do confronto coletivo da *práxis* humana. Para Marx, a ideologia constitui-se de uma “visão deturpada da realidade”, uma falsa consciência onde a realidade aparece invertida, sendo que as ideias funcionam como o motor da vida real, legitimando, justificando e reforçando a manutenção da ordem social hegemônica. Para ele os indivíduos tomam consciência da vida real influenciados por formas ideológicas socialmente estabelecidas, tais como a moral, a religião, a filosofia, o ordenamento jurídico, entre outras (BATISTA, 2011). Neste sentido, adotamos o conceito

governos nacionais da maioria das nações do mundo, posteriormente junto às estruturas sociais e finalmente no cotidiano dos homens e mulheres. A difusão planejada e organizada das diretrizes sociais e econômicas de caráter flexibilizantes na maioria das nações do mundo, procurou impor culturalmente o neoliberalismo como única forma capaz de contrapor a crise estrutural estabelecida no sistema capitalista.

O objetivo é a mundialização do capital e a sua consolidação como único sujeito político livre. A principal ideologia que oferece guarida a esse intento é a “globalização neoliberal”, vista como processo irrevogável de abertura de mercados, flexibilização da proteção ao trabalho e privatização da esfera pública, mas cuja implicação é a nova colonização das zonas periféricas do almejado império (DEL ROIO, 2004, s/p).

Para operar esse processo de pressão econômica e política sob os governos nacionais o sistema utilizou seus principais organismos internacionais de representação, tais como o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), o FMI (Fundo Monetário Internacional), a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Rapidamente o neoliberalismo foi “assimilado” pela maioria desses governos e de seus intelectuais, que passaram a ser os responsáveis em reproduzir culturalmente sua ideologia. A ação articulada, governamental e educacional, empenhou-se em moldar/adaptar o comportamento social ao ideário neoliberalizante:

de ideologia como o processo que visa a partir da visão da classe dominante moldar e estabelecer um “senso comum” na sociedade, de forma a legitimar seus valores e assim exercer mais facilmente a hegemonia sobre as ideologias subalternas. A ideologia, assim, é a principal ferramenta da busca pela “dominação” de uma classe sobre a outra, se manifesta atualmente nos discursos que valorizam a lógica que permite a acumulação capitalista e está presente na cultura que incentiva o consumo exacerbado das mercadorias, a individualidade e a competição desmedida. Cumpre a função cultural de adaptar o comportamento da força de trabalho ao ideário neoliberal que consiste na busca pela alta produtividade, pelo cumprimento de metas, pela aversão aos coletivos de classe, pelo estudo continuado sob a falsa ideia de garantia da “empregabilidade”, entre outros. Estes e outros discursos disseminados diuturnamente pelos organismos sociais sob domínio ideológico do capital buscam estabelecer um senso comum que leve a uma adesão “natural” dos trabalhadores ao ideário do sistema.

O imperialismo da razão neoliberal encontra a sua realização intelectual em duas novas figuras exemplares da produção cultural. Primeiramente o especialista que prepara, na sombra dos bastidores ministeriais ou patronais ou no segredo dos *think tanks* (bancos de ideias), documentos de um forte cunho técnico, e tanto quanto possível construídos em linguagem econômica e matemática. De seguida, o conselheiro em comunicação do príncipe, trãnsfuga do mundo universitário agora ao serviço dos dominantes, cujo serviço é dar forma acadêmica aos projectos políticos da nova nobreza de Estado e da empresa (BOURDIEU, 2001, p. 4).

O alinhamento da maioria dos governos nacionais à ideologia neoliberal consolidou-se no final da década de 1980. A partir daí, as instituições de representação do capital internacional impuseram aos países mais dependentes economicamente a adoção de medidas flexibilizantes em relação à legislação trabalhista, às economias e à abertura dos seus ativos públicos ao investimento internacional. “Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles” (HARVEY, 2004, p.130).

Assim, o Estado sob domínio político e econômico do capital, mais uma vez cumpriu com eficácia seu papel histórico de subordinação aos interesses do sistema vigente, adotando medidas intervencionistas que visavam facilitar o desenvolvimento da lógica neoliberal junto à sociedade. De certa forma os estados nacionais foram quase que “privatizados”, na medida em que subjugados pelo sistema desenvolveram ainda mais ações em favor dos interesses capitalistas. “E o mais importante na virada neoliberal não foi tanto a “retirada do Estado”, mas a modificação de suas modalidades de intervenção em nome da “racionalização” e da “modernização” das empresas e da administração pública” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 231).

De 1980 até os dias atuais esse processo de controle e intervenção neoliberal na sociedade foi aprofundado, atingindo não apenas aspectos estruturais como a economia, mas também aspectos da subjetividade humana, alterando o comportamento social. A “ideologia” neoliberal desenvolveu uma espécie de “senso

comum”¹⁵ na sociedade que levou homens e mulheres contemporâneos a assumirem cada vez mais uma postura de “consentimento” frente às mudanças impostas. Isso facilitou a constituição de uma “nova” cultura, uma espécie de “Imperialismo Cultural” que busca moldar o comportamento humano baseado na valorização do individualismo concorrencial e do consumo indiscriminado dos bens e serviços produzidos em larga escala pelo sistema. Isso impôs uma nova dinâmica às relações sociais.

II – A manipulação social sob a égide neoliberal

A manipulação do capitalismo sobre a sociedade, apesar de ser uma característica inerente ao sistema, vem sendo aperfeiçoada e intensificada continuamente nos últimos anos. Potencializada pelo neoliberalismo, essa ação inicialmente subordinou os governos nacionais ao processo de mundialização e financeirização do capital, em seguida cooptou intelectuais e líderes de diversas instituições formadoras de opinião na sociedade que auxiliaram na disseminação do ideário neoliberal, influenciando sobremaneira a subjetividade humana. A constituição de uma cultura neoliberalizante na sociedade influenciou o comportamento humano no seu cotidiano, afetando a maioria dos homens e mulheres da atualidade. Isso de certa forma naturalizou cada vez mais o individualismo e o desejo compulsivo pelo consumo das mercadorias.

Todavia, não se trata mais de perguntar como, de maneira geral, as relações capitalistas impõem-se à consciência operária como “leis naturais evidentes”, trata-se de

¹⁵ “Aquilo que Gramsci denomina de “senso comum” (definido como “sentido” sustentado em comum) tipicamente fundamenta o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data e socialização cultural que fincam profundas tradições nacionais e regionais. (...) Assim sendo, o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais” (HARVEY, 2004, p. 49).

compreender, mais especificamente, como a governamentalidade neoliberal escora-se num *quadro normativo global* que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas dos indivíduos. (...) O neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21)

Visando dar conta da diminuição da lucratividade e do excesso de produção do sistema, o capitalismo impôs essa cultura centrada no consumo das mercadorias. Porém, vários desses bens e serviços adquiridos atualmente pela sociedade, por vezes não são nem mesmo necessários às pessoas. A sua compra normalmente não busca satisfazer a uma necessidade efetiva¹⁶, interessa muito mais atender ao

¹⁶ O debate acerca daquilo que efetivamente é “necessário” deve levar em conta tanto a sobrevivência humana quanto a emancipação e realização social, diz respeito diretamente com o debate sobre o “valor de uso” e “valor de troca” que as mercadorias assumem em cada sociedade. Num primeiro momento, podemos definir a necessidade como aquilo que é vital, fundamental para satisfazer as carências orgânicas dos seres humanos com vistas a garantir sua reprodução biológica: “O primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto também de toda história, a saber, o pressuposto de que os homens precisam estar em condições de viver para poderem fazer a história. Mas, para viver, é preciso, antes de mais nada, comer, beber, morar, vestir e ainda algumas coisas mais” (MARX, 1989, p. 194). Apesar disso, quando falamos em necessidades vitais para o homem não podemos nos referir apenas àquelas destinadas somente à reprodução biológica. Essas necessidades vão além, resultam de um processo de construção social determinado pelo desenvolvimento cultural, social e econômico de cada sociedade. Com a evolução da sociedade, novas necessidades foram introduzidas, passando a serem cada vez mais fundamentais para o processo da humanização do homem. O aspecto da ação ideológica do capital sobre a sociedade atual na criação de “novas necessidades” a que nos referimos com destaque nesta pesquisa é que a intensificação da manipulação em relação ao passado aprofundou e potencializou ainda mais os condicionamentos sociais, de forma a estabelecer um número cada vez maior de “novas necessidades” que visam muito mais dar conta do consumo das mercadorias produzidas em abundância pelo sistema do que a satisfazer de fato os homens. Essas “novas” necessidades estão revestidas de alienação, materializadas especialmente pelo fetiche da mercadoria “dinheiro”, já que somente por meio da sua posse é que o consumo se efetiva. Atualmente o consumo está muito mais associado à ostentação e demonstração de status social, do que à efetivação e emancipação humana. Assim, o que norteia cada vez mais a conduta social dos homens é a busca pelo consumo em excesso das mercadorias como forma de demonstração de poder social, e não como uma forma de atender as necessidades humanas concretas, determinadas historicamente e que podem de fato levar à emancipação. “Na sociedade capitalista, a relação monetária e a força do dinheiro determinam a quantificação das necessidades em detrimento das necessidades e capacidades humanas” (MATHIS; NASCIMENTO; GOMES, 2010, p. 20). Para os membros das classes superiores a satisfação das necessidades se dá efetivamente pela posse da propriedade, do dinheiro, normalmente muito além daquilo que efetivamente necessitam. Para o trabalhador ao contrário, essa necessidade real diz respeito àquilo que é determinante para sua sobrevivência, embora por vezes ele adote o ideal de vida consumista das classes superiores, mesmo estando economicamente privado de fazê-lo. Isso ocorre em função de que esses operários foram alienados pela manipulação capitalista, tornando-os socialmente estranhados. A satisfação dessas pseudonecessidades passou a representar falsamente a forma de efetivação social. Na prática, a disseminação da “cultura consumista” como ideal de vida busca dar conta de absorver o excesso das mercadorias produzidas, aumentando os lucros por meio do aumento do volume de unidades vendidas. O problema é que o sistema é incapaz de possibilitar a todo o conjunto da sociedade a realização

interesse capitalista de dar conta do excedente produzido, garantindo assim o aumento da lucratividade por meio de uma maior quantidade de mercadorias vendidas. Neste sentido, o sistema ao incentivar a “cultura consumista”, atingiu especialmente os ricos e os setores médios da sociedade que são capazes de realizar mais facilmente esse consumo, impondo socialmente cada vez mais o valor de troca das mercadorias sobre o seu efetivo valor de uso.

O desenvolvimento do capitalismo consiste precisamente no processo através do qual o valor (forma histórica da riqueza) subordina cada vez mais o seu oposto, o valor de uso”. O limite do capital, nunca alcançável, mas sempre desejável por sua lógica, é a destruição do valor de uso aspecto necessário da riqueza capitalista. (...) Embora seja certo que, na história concreta, o valor de uso jamais poderá desaparecer (ou ser destruído) como aspecto da riqueza capitalista, na unidade contraditória chamada mercadoria, ele é polo dominado (a partir de um momento do desenvolvimento mercantil (CARCANHOLO, 2013, p. 181).

Essa expansão exponencial da produção das mercadorias alcançada na atualidade, foi possível graças ao incremento tecnológico e a reconfiguração dos métodos de gestão e produção. Isso reforçou ainda mais à máxima fordista de que “produção em massa requer consumo em massa”. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, ao mesmo tempo em que aprimorou a qualidade e intensificou a produtividade, necessitou elevar o poder aquisitivo de parte dos assalariados, visando dar conta de absorver o excedente produzido. Porém, a manipulação social não é uma novidade criada pelo neoliberalismo, ela é própria do sistema capitalista se fazendo presente nas suas diferentes fases históricas: “De

dessas “novas necessidades”, pois boa parte de seus membros encontra-se excluído economicamente do consumo dos bens e serviços produzidos. Assim, o conceito de necessidades a que nos referimos diz respeito àquelas que corroboram de fato para o processo de objetivação e emancipação humana e não para atender as demandas capitalistas do consumo das mercadorias produzidas. Ao mesmo tempo também não se restringem apenas ao atendimento das carências biológicas vitais, vão além, devem realizar objetivamente o ser humano, “as necessidades sociais ultrapassam o padrão básico de inclusão social necessário para reprodução física dos trabalhadores (MATHIS; NASCIMENTO; GOMES, 2010, p. 28)”.

fato, reforçado pela ideologia do consumo, o fordismo levou a manipulação constante da sociedade mercantil” (LINHART, 2007, p. 61).

O diferencial, porém, é que com o advento do neoliberalismo ocorreu uma intensificação dessa ação manipulatória que impôs socialmente uma “cultura” fundamentada no consumismo e que influenciou diretamente no comportamento e na constituição do perfil das novas gerações. Esse processo foi potencializado no imaginário popular pela ideologia neoliberal desenvolvida de forma articulada nos diversos níveis de sociabilidade existentes. Isso alterou substancialmente o metabolismo social, levando os indivíduos a associarem a sua realização social à capacidade de consumo dos bens e serviços produzidos pelo sistema. Na sociedade atual, os trabalhadores assumem como ideal de realização a conquista do “modo de vida burguês”, onde o fetiche do consumo tornou-se quase que uma unanimidade, passando a “ser” o sinônimo de ascensão social e de realização de vida pessoal.

Com a grande indústria surgem produtos destinados ao consumo de massa, o que torna necessário um aparato especial a fim de que esses produtos sejam consumidos. Para Lukács, todo o sistema de manipulação surgiu dessa necessidade do consumo de massa e depois se estendeu à sociedade em geral, até mesmo à política. Esse mecanismo domina todas as expressões da vida social, desde as eleições para presidente até o consumo de gravatas e cigarros (ALCANTÁRA, 2014, p. 163)

Desta forma, a intensificação da manipulação foi um fator determinante para constituição do perfil das novas gerações de trabalhadores, inclusive dos eletricitários. O incremento da manipulação capitalista foi tratado de forma mais conceitual e pioneira na década de 1960 pelo filósofo húngaro György Lukács, que morreu em 1971. Na sua análise do estágio que o capitalismo havia alcançado naquele momento da história, o autor destaca como a ação manipulatória fora aprofundada no período do *Welfare State*, visando criar condições necessários para ampliação do consumo dos bens e serviços produzidos em larga escala pelo

fordismo do pós-guerra. Lukács descreve com precisão como a manipulação social havia se aprofundado na década neste período, especialmente pelo uso do *marketing* publicitário desenvolvido pelos grandes conglomerados comerciais.

Se na década de 1960 Lukács apontava com veemência o aprofundamento do caráter manipulatório que o capitalismo keynesiano alcançara, na atualidade neoliberal essa constatação aparece de forma muito mais visível e contundente ainda. Esse processo foi potencializado nas últimas décadas pelo aparelhamento da maioria dos mecanismos de controle ideológico da sociedade em favor do capital. A ponta de lança dessa ofensiva capitalista foi o avanço do neoliberalismo que se impôs culturalmente na sociedade, influenciando de forma determinante na constituição do perfil consumista e individualista das novas gerações:

Estamos há quase cinquenta anos daquele momento e podemos dizer seguramente que esse controle da consciência continua muito presente, e de forma bem mais aguda. A ideologia tem aqui um papel fundamental no sentido de manipular as consciências dos homens não apenas em relação ao consumo, mas a tudo o que possa contribuir positivamente para a reprodução do capital (ALCANTÁRA, 2014, p. 164).

Assim:

A sociedade age inevitavelmente sobre os indivíduos em sua interioridade, até nas formas mais íntimas de pensamento, de sentimento, de ações e reações e nesse permanente processo de interação entre indivíduo e sociedade se constitui a substância da individualidade humana, a personalidade como manifestação da interioridade do sujeito humano (COSTA, 2012, p. 48).

Para dar conta do aumento de produtividade alcançado no pós-guerra e da diminuição dos lucros do setor produtivo nas últimas décadas, foi necessário que parte dos assalariados fosse incorporada ao mercado consumidor. Essa “nova” classe de trabalhadores/consumidores que surgiu foi moldada ideologicamente e culturalmente desde muito cedo para o alinhamento com o pensamento neoliberal. O consumismo se tornou o nexos existencial para os homens e mulheres do capitalismo

moderno, embora apenas parte desses trabalhadores adquiram de fato essa capacidade econômica de consumo. A manipulação operada pelo “*marketing* comercial” e pela ação ideológica desenvolvida nos diferentes ambientes de sociabilidade nos últimos anos, atinge a todos (pobres, classe média, ricos). Embora a realização efetiva desse consumo se dê em níveis diferenciados entre esses estratos sociais, o consumismo passou a ser um ideal de vida comum para todos, sinônimo de status social e de realização pessoal.

A importância de um consumo de massa nesse campo cria um aparato ideológico muito extenso, que domina os órgãos da opinião pública, cujo ponto central de motivação é o consumo de prestígio, que toma forma como meio de criar a “imagem”, como indução a ela; ou seja, a pessoa se veste, fuma, viaja, tem relações sexuais não por causa dessas coisas em si e por si, mas para aparentar no ambiente em que vive a “imagem” de certo tipo de pessoa que é apreciada como tal (LUKÁCS, 2013, p. 716-717)

Como já vimos, o caráter manipulatório do capitalismo está implícito na sua lógica de funcionamento, é inerente a ele. No capítulo I do Livro I de “O Capital” Marx descreve detalhadamente como a “mercadoria” exerce seu fetiche sobre os homens e mulheres na sociedade capitalista, um resultado direto da manipulação ideológica, inerente ao sistema. A diferença na atualidade é que essa manipulação se intensificou sobremaneira, estendendo-se para além do plano econômico, envolvendo de forma articulada as demais dimensões da vida societária (política, religião, educação, família, lazer, entre outras). A fim de influenciar ainda mais as mentalidades e o cotidiano dos indivíduos, o capital deliberadamente buscou alcançar o controle quase que pleno dos meios de comunicação e dos aparelhos de formação da opinião pública com vistas a intensificar sua ação manipulatória.

Para disseminar a ideologia neoliberalizante a fim de atender seus interesses, o sistema aparelhou os governos nacionais, as instituições e as grandes mídias sociais. Isso possibilitou entre outros, direcionar o ensino desenvolvido nas escolas

de forma a incentivar o espírito competitivo e individualista entre os alunos; impor às empresas “novas” formas de gestão do trabalho mais flexíveis e impor às diversas instituições sociais uma orientação neoliberal no desenvolvimento de suas ações. Um exemplo disso são as lideranças religiosas de várias igrejas que foram convencidos pela ideologia do sistema a adotar em suas pregações o discurso de que o êxito financeiro pessoal é o resultado direto de uma “benção divina”, que somente pode ser alcançada pelo esforço profissional e pelo pagamento de dízimos e doações à igreja. Assim, diversas instituições e lideranças mesmo que inconscientemente, agiram de forma articulada e simultânea em favor do ideário neoliberal, facilitando a cooptação e o aprofundamento da dominação capitalista sobre a subjetividade humana da maioria dos homens e mulheres da atualidade.

Assim, é inútil lamentar a crise das instituições de enquadramento, como família, escola, organizações sindicais e políticas, ou chorar a decadência da cultura e do saber ou o declínio da vida democrática. É melhor tentar compreender como todas essas instituições, valores e atividades são hoje incorporados e transformados no dispositivo de desempenho/gozo, em nome de uma “modernização”; é melhor examinar de perto todas as tecnologias de controle e vigilância de indivíduos e populações, sua medicalização, o fichar, o registro de seus comportamentos, inclusive os mais precoces; é melhor analisar como disciplinas médicas e psicológicas se articulam com o discurso econômico e com o discurso sobre segurança pública para reforçar os instrumentos de gestão social (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 375).

Exercer o domínio ou influência política dos diversos instrumentos ideológicos sociais foi estratégico para a disseminação do ideário neoliberal. As principais instituições representativas do capital internacional pressionaram as nações endividadas e mais dependentes a flexibilizarem suas economias nacionais, privatizarem os serviços públicos, retirarem direitos trabalhistas, entre outros. Esse processo foi facilitado pela eleição de políticos financiados pelo sistema, que se comprometiam em atuar favoravelmente ao ideário neoliberal votando e indicando diversos representantes do capital para funções estratégicas nas estruturas

governamentais dos seus países. O exemplo mais recente disso é a nomeação de Paulo Guedes¹⁷ para o superministério econômico de Jair Bolsonaro, sendo que o mesmo foi indicado antecipadamente ainda no primeiro turno das eleições de 2018, como forma de “acalmar o mercado financeiro”. Outro exemplo de nomeação de representantes alinhados ao mercado financeiro nacional e internacional para funções estratégicas nos governos brasileiros refere-se a Henrique Meireles¹⁸, que ocupou seguidamente cargos estratégicos nos governos Lula, Dilma e Michel Temer.

Como já destacamos anteriormente, além da influência econômica e política junto aos governos nacionais, o capital cooptou setores estratégicos para disseminação de sua ideologia. A seguir, detalharemos melhor a forma como o ideário neoliberal influenciou a religião, a educação e o ambiente laboral das empresas no Brasil. O aparelhamento das religiões para o exercício da manipulação social não é novidade, ao longo da história quase sempre serviram como instrumentos ideológicos de validação do modo de produção vigente. Produzida socialmente pelos homens a religião serve como ferramenta de dominação, provavelmente em razão do seu caráter universalista e de sua ação direta sobre a subjetividade humana, o que facilita o processo de alienação do ser social. Neste sentido, não é a religião que faz os homens, mas os homens é que fazem a religião e por vezes a utilizam como mecanismo de dominação social. Marx descreve com precisão o caráter alienante e ideologizador das religiões ao longo da história.

¹⁷ O economista Paulo Roberto Nunes Guedes é Mestre em Economia pela Universidade de Chicago onde foi diplomado em Ph.D. Atuou como professor em diversas instituições de ensino superior, com destaque para PUC do Rio de Janeiro e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi um dos fundadores do Banco Pactual e diretor dos fundos de investimentos, além de participar de conselhos de administração de várias empresas. Foi nomeado em 2019 pelo presidente eleito Jair Bolsonaro para o Superministério econômico, criado pela fusão dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

¹⁸ Henrique Meireles iniciou sua carreira em 1974 no *BankBoston*, onde trabalhou por 28 anos. Em 1984, por indicação de um membro do conselho do *BankBoston*, Meireles cursou o *Advanced Management Program* (AMP) pela Universidade de Harvard (*Harvard Business School*), um curso que prepara executivos para assumir a presidência de grandes corporações. No Brasil, Meireles foi presidente do *BankBoston* no país, cargo que ocupou por 12 anos. Em 1996, Meireles mudou-se para *Boston*, nos Estados Unidos e assumiu o cargo de Presidente e COO do *BankBoston* mundial até 1999. Aposentado em 2002, voltou ao Brasil se elegeu deputado federal mantendo fortes ligações como o mercado financeiro internacional e nacional. Em 2003 foi nomeado pelo presidente Lula para o cargo de presidente do Banco Central do Brasil, cargo que ocupou por 8 anos. Em 2011 assumiu o Conselho Público Olímpico a fim de coordenar os investimentos para a realização dos Jogos Olímpico do Rio de Janeiro (cerca de R\$ 30 milhões). Em 2016 assumiu o cargo de Ministro da Fazenda e da Previdência Social no governo de Michel Temer, função que ocupou até maio de 2018 quando se desincompatibilizou a fim de disputar as eleições presidenciais do mesmo ano.

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o homem não é um ser abstrato, acororado fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo (...) Ela é a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. (...) A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo (MARX, 2010, p. 145).

Apesar do uso manipulatório da religião dar-se historicamente de forma mais explícita no período medieval onde vinculava-se formalmente ao Estado Monárquico, legitimando-o, ela continua exercendo um papel preponderante na formação das consciências humanas em favor do sistema vigente da atualidade. A diferença é que agora ela age sobre a consciência humana de forma mais camuflada e sutil. A religião tem a capacidade de operar e influenciar os homens nas suas mais diferentes instâncias de sociabilidade, desde a constituição de “uma visão de mundo” até na determinação de “comportamentos e assuntos do cotidiano”. Via de regra sua ação quase sempre reforça a ordem capitalista vigente, na medida em que na prática possui interesses comuns aos do sistema, ou seja, a constante busca por dinheiro, poder e dominação social. A religião serve assim, como importante instrumento de alienação na atualidade, não sendo capaz de promover a efetiva emancipação do ser social a que se propõe em seu discurso.

A alienação religiosa, assim como todas as outras formas alienadas de vida do homem que tem como fundamento a defesa dos seus próprios interesses egoístas, só terá uma solução real quando houver uma “revolução social que subverta efetiva e radicalmente as bases reais da vida social dos homens”, ou seja, quando acontecer a verdadeira emancipação humana (ALCANTARA, 2014, p. 85).

De certa forma, historicamente as religiões foram se adaptando ao sistema, seja por interesse ou pelo encantamento ao seu ideário. Na atualidade atuam como correia de transmissão da cultura neoliberal, especialmente por reforçarem o discurso centrado na valorização do “ter” em detrimento do “ser”. A religião sempre corroborou na formação do caráter e do comportamento dos indivíduos de todas as gerações, daí seu papel estratégico para a manipulação capitalista. As pregações disseminadas atualmente pela maioria dos líderes religiosos das igrejas neopentecostais e também de outras denominações religiosas fundamentam-se em teologias que vinculam o sucesso profissional e financeiro a uma “dádiva divina”, que somente será alcançada mediante uma generosa contrapartida à “igreja”. Um exemplo é a teologia da “prosperidade”¹⁹, uma das mais difundidas e disseminadas pela maioria dos líderes religiosos de diversas igrejas cristãs.

Para um deus que se localiza no peito, provavelmente do lado esquerdo, exigindo “o tudo”, o fiel doador, bem sabe que, se continuar dando – mais ainda em sacrifício – terá a possibilidade de se manter no vínculo, pois, de outra forma, não se recebe. O que foi dado volta e, segundo a fé neopentecostal, em “dobro”. (...) A representação do divino assim concebido no Neopentecostalismo e, mais especificamente, na expressão religiosa aqui pesquisada – Igreja Internacional da Graça de Deus –, revela que nada é contraditório na relação Deus e dinheiro, na medida em que este – o dinheiro – é consagrado, depositado em altar e, em seguida, consumido como oferta de sacrifício (SILVA, 2008, p. 183-184)

Outra área estratégica onde houve uma intensificação da ação manipulatória capitalista nas últimas décadas, foi a educação pública e privada, especialmente a partir da década de 1980. Neste período os organismos internacionais capitalistas passaram a pressionar ainda mais os governos nacionais, impondo diretrizes educacionais voltadas a atender as demandas do mercado. Esse processo em muito

¹⁹ Considerado o pai da “Teologia da Prosperidade”, Kenneth Hagin, nascido em 1917 nos EUA defendia que o núcleo central dessa teologia baseia-se em dois eixos temáticos: “saúde e prosperidade”, sendo o alcance deles diretamente proporcional à doação financeira feita à Igreja pelos fiéis, especialmente na forma de oferta (doação) ou dízimo (SILVA, 2008).

corroborou para a constituição do “novo” *ethos* social dos trabalhadores da atualidade. No Brasil, por exemplo, no início da década de 1990 houve um processo de adequação do sistema educacional às diretrizes neoliberais, exigindo a formação de uma força de trabalho adequada às empresas de caráter mais flexível. Assim, a cultura neoliberalizante gradativamente foi incorporada pelos profissionais da educação, passando a ser disseminada aos alunos de todos os níveis escolares, desde suas infâncias. Tanto no ensino tradicional como no ensino profissionalizante criou-se a falsa ideia de que a qualificação escolar seria o sinônimo de “garantia de emprego”. “É o caso por exemplo, da educação e da formação profissional, vistas como escudos que protegem do desemprego e aumentam a “empregabilidade”” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 213).

Atualmente, o modelo educacional vigente no país encontra-se plenamente alinhado ao ideário neoliberal. Essas orientações foram sendo implementadas de forma mais efetiva ao longo das últimas três décadas, sendo resultado de diretrizes educacionais contidas em documentos emitidos por instituições como o FMI, Banco Mundial, ONU, entre outras. O não cumprimento dessas metas dificulta e até impede o acesso a investimentos destes e de outros organismos internacionais. Estas instituições pressionam economicamente e politicamente os governos de países periféricos como o Brasil exigindo a modelagem de seus sistemas educacionais aos preceitos neoliberais. A formulação de documentos “orientativos”, a exemplo do “Consenso de Washington”, exigem a retirada do Estado da função de promotor da formação profissional, repassando essa atribuição à iniciativa privada, sob alegação que esta última, o faria “melhor”. Ao estado caberia basicamente a alfabetização dos alunos (BATISTA, 2011).

Foi especialmente durante o governo FHC²⁰, na segunda metade da década de 1990 que essa reformulação do ensino brasileiro ganhou força. O discurso reformista do governo encontrou amparo junto à população graças ao apoio da

²⁰ FHC – Fernando Henrique Cardoso - Após ocupar o cargo de Ministro da Fazenda do Governo de Itamar Franco entre 1993 e 1994, FHC foi eleito presidente do Brasil e governou o país entre 1995 e 2002. As principais marcas de seu governo foram a consolidação do Plano Real iniciado no governo de seu antecessor; uma profunda Reforma no Estado brasileiro e a privatização de diversas empresas estatais (telefonia, mineração, energia elétrica, entre outras). Foi o auge da chamada “era neoliberal” no Brasil.

grande mídia, que evidenciou com destaque os indicadores negativos da educação brasileira. A propaganda negativa atribuía o tímido desenvolvimento econômico e social do país aos baixos indicadores educacionais, destacando a alta taxa de analfabetismo e a pouca “qualificação” da força de trabalho disponível. Assim, a geração constituída a partir desse período, que atualmente possui entre 20 a 40 anos de idade, foi educada sob o discurso de que “somente a qualificação educacional e profissional poderia garantir a empregabilidade e o sucesso profissional e financeiro”. Na prática, porém, verificamos que “a economia das capacitações continua deixando a maioria para trás; o que é pior, o sistema educacional gera grande quantidade de jovens formados, mas impossíveis de empregar, pelo menos nos terrenos para os quais foram treinados” (SENNETT, 2006, p. 83).

Sob a orientação neoliberal, o governo federal e os governos estaduais diminuíram ainda mais os investimentos nos ensinos médio e superior, priorizando o ensino fundamental (alfabetização). Coube especialmente à iniciativa privada a oferta da educação profissionalizante que visava “treinar” os trabalhadores de acordo com as suas demandas mercadológicas²¹. A “mão invisível do mercado” passou a atuar mais fortemente nesse setor, privatizando indiretamente a educação profissionalizante. Ficou a cargo do Estado atuar nos segmentos onde a iniciativa privada não tinha interesse, como nos casos de necessidade de requalificação da força de trabalho desempregada a fim de reintegrá-la ao mercado ou nos casos do subsídio aos trabalhadores carentes (BATISTA, 2011).

Neste sentido, a escola reforçou o discurso neoliberal e auxiliou na construção de um “senso comum” fundamentado no mito de que somente a qualificação profissional obtida no ensino formal garantiria a “empregabilidade”. Esse discurso despreza o conhecimento tácito operário (experiência) adquirido ao longo da vida profissional dos trabalhadores. Na prática porém, o emprego depende muito

²¹ As demandas mercadológicas do neoliberalismo exigiram a constituição de uma “nova” força de trabalho, que exigiu “novos” trabalhadores caracterizados pela prevalência comportamental da individualidade, da concorrência, da polivalência, entre outros. Para um aprofundamento maior na compreensão de como se deu o processo de direcionamento da educação brasileira a partir da década de 1980, ler o livro “A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva” (BATISTA, 2011).

mais do aumento do volume da riqueza acumulada pelo sistema, que permite investimentos na ampliação da produção e conseqüentemente a geração de novos postos de trabalho. No capítulo XXIII de “O Capital”, Marx afirma que a geração de empregos no capitalismo dependerá principalmente dos níveis de acumulação que o sistema alcança (lei geral da acumulação capitalista). O discurso fundado na ideia de que o “aprimoramento educacional garante a empregabilidade”, na prática busca moldar o trabalhador às exigências mercadológicas da flexibilidade, adaptabilidade, polivalência, entre outras. A dinâmica atual exige um operário multifuncional, capaz de adaptar-se com facilidade à empresa flexível. A escola tem reforçado essa condição “*sine qua non*” para o trabalhador ser incorporado pelo sistema capitalista.

Habilmente o capital utiliza os sistemas educacionais formais das nações como espaço de manipulação, doutrinando ideologicamente os jovens e adolescentes ao ideário neoliberal. A escola também incentiva os alunos ao uso e manuseio das inovações tecnológicas (*smartphones*, *notebooks*, computadores, redes de comunicação, programas computacionais), facilitando em muito a adaptação da nova geração de trabalhadores ao ambiente de trabalho flexibilizado. A falsa ideia de que a aquisição do conhecimento cognitivo das inovações tecnológicas seria suficiente para adaptação dos trabalhadores ao ambiente laboral reestruturado das empresas flexíveis, como a Copel, tem encantado trabalhadores, patrões e até sindicalistas (SANTOS, 2009).

A cultura desenvolvida pelo ambiente escolar constituído no Brasil a partir da década de 1990 incentivou entre os estudantes a adoção de um comportamento cada vez mais competitivo, individualista e voltado à busca pelo “ideal de vida burguês”. A escola reforçou a ideia equivocada de que a realização humana depende exclusivamente da conquista de um “bom” emprego, capaz de aumentar os ganhos pecuniários e a capacidade de consumo e, ainda, que isso somente seria possível com o aprimoramento educacional. O neoliberalismo vendeu à sociedade a ideia de que a ampliação da capacidade de consumo dos bens e serviços é que determina o nível de realização social. Neste sentido,

O consumo vai se transformando, de acordo com a expressão de Veblen, cada vez mais numa questão de prestígio, de “imagem”, que o homem conquista ou preserva por meio daquilo que ele demanda para o seu consumo. Portanto, o consumo – analisado em primeiro plano e em escala maciça – não é dirigido tanto pelas reais necessidades, mas mais por aquelas que parecem apropriadas a proporcionar ao homem uma “imagem” favorável para sua carreira (LUKÁCS, 2013, p. 778).

As mudanças na legislação educacional implementadas pelo Estado brasileiro na década de 1990 alteraram substancialmente o ambiente escolar favorecendo a disseminação do ideário neoliberal junto aos alunos. Para isso, dificultou a interface entre ensino formal e ensino profissional na medida em que aumentou a influência do setor privado na educação, especialmente na profissionalizante. Neste processo, a educação formal reforça o “mito” de que a empregabilidade está condicionada apenas ao aprimoramento educacional. Na prática o que faz é “treinar” os estudantes para o domínio das novas tecnologias informacionais, moldando-os segundo um comportamento competitivo e individualista e reforçando entre eles a necessidade da flexibilidade funcional como requisito para obtenção de trabalho e crescimento profissional.

Como vimos até aqui, a manipulação aprimorou-se nas últimas décadas atuando simultaneamente e articuladamente nos diversos espaços de convivência social, constituindo-se na atualidade como a principal ferramenta de dominação/doutrinação do capital sobre os trabalhadores. As afirmações feitas por Lukács sobre o elevado estágio de manipulação do capitalismo keynesiano sobre a sociedade observados no início da segunda metade do século XX, seriam plenamente reforçadas caso o autor tivesse a oportunidade de observar a sociedade atual constituída pelo neoliberalismo. Potencializada exponencialmente, a manipulação sobre a subjetividade humana por parte do capital alcançou níveis inimagináveis e interfere diretamente na constituição do perfil dos novos trabalhadores do século XXI. Prevalece atualmente a cultura da competição e do individualismo visando à obtenção de ganhos financeiros cada vez maiores, na

medida em que isso representa “status social”, que é materializado pela capacidade de aquisição das mercadorias. Referindo-se às observações de Marx acerca da constante valorização do “ter” no sistema capitalista, Lukács afirma:

Não há necessidade de comentar que existe tal princípio comum entre o presente e passado da conduta capitalista. O que importa é que, desde que as linhas acima citadas foram registradas por escrito, o capitalismo fez enormes progressos na universalização do ter. Exatamente a importância extremamente intensificada do consumo e dos serviços no intercâmbio global de mercadorias deixa isso imediatamente evidente. Na vida cotidiana do trabalhador, o poder do ter não se mostra mais como um simples carecer, como influência sobre a vida normal de não ter os meios mais importantes para a satisfação cotidianamente necessária das necessidades, mas, pelo contrário, como poder do ter direito, como a competição com outros homens e grupos, na tentativa de aumentar o valor pessoal pela quantidade e qualidade do ter (LUKÁCS, 2013, p. 796).

A ideologia neoliberal moldou o caráter das novas gerações, dotando-as de uma prática comportamental notadamente individualista, consumista e competitiva. O discurso da “liberdade de mercado” foi massificado pelos meios de comunicação, pelos governos, pelas igrejas, pelos setores educacionais, entre outros, “o novo governo dos homens penetra até o pensamento, acompanha, orienta, estimula, educa o pensamento” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 325). O neoliberalismo impôs uma “nova” cultura para a sociedade, disseminada tanto pela atuação sobre o ordenamento da economia mundial, como por uma intervenção direta na cotidianidade humana. Agindo articuladamente e simultaneamente nestas duas esferas da sociabilidade humana, o sistema manipulou e influenciou de forma determinante a constituição do perfil das novas gerações de trabalhadores. Esses jovens operários encontram-se plenamente alinhados com o sistema neoliberal, em razão da condição alienada a que foram induzidos.

Na verdade, sob o capitalismo tardio, a manipulação torna-se nexos essencial do metabolismo social, penetrando os vários poros da vida cotidiana. A manipulação torna-se a matriz estruturante e estruturadora da alienação em sua forma intensa e ampliada, contribuindo, deste modo, para a desefetivação do ser genérico do homem. (ALVES, 2010, p. 57)

Ao desenvolver sua análise acerca do funcionamento do capitalismo do século XIX, Marx já nos indicava como se dava a relação dialética entre infraestrutura e superestrutura, como a produção e reprodução da vida material fundamentavam a constituição das demais dimensões da sociedade (religiosa, jurídica, educacional, política, social). A economia assim é a infraestrutura (base) na qual se assenta a sociedade e, as relações sociais, políticas e jurídicas referem-se mais à dimensão da superestrutura. Neste sentido, é possível afirmar que existe uma vinculação entre a superestrutura e a base material na qual se assenta toda a organização social capitalista²². De certa forma, é a economia que hegemonicamente organiza a sociedade capitalista em torno de si, levando as estruturas sociais a se subordinarem à estrutura econômica no processo de determinação das formas de consciência estabelecidas na sociedade. Isso determina o caráter fundante e central do “trabalho” no processo de constituição do ser social. Assim, a transformação nas relações de produção, especialmente do trabalho humano leva à alteração da superestrutura. Dialeticamente falando, o oposto também é válido, a manipulação capitalista sobre os elementos da superestrutura altera as relações de produção e estabelece novas formas de consciência. Assim,

(...) na produção social da própria existência, os homens contraem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à

²² Apesar da “superestrutura” a que Marx se refere guardar diferenças em relação à atualidade, pensamos ser possível tal analogia já que na essência referem-se ao mesmo modo de produção: o capitalista.

qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. [...] A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (MARX, 2008, p. 47-48).

O aprofundamento da manipulação neoliberal acelerou ainda mais o desmonte do trabalhador enquanto ser social. Além da sua função histórica de produtor de mercadorias e serviços, uma parcela de trabalhadores foi incorporada no consumo dos excedentes produzidos, especialmente ao assumir para si o ideal de vida e o comportamento aburguesado, fundamentado pelo consumismo. A cultura do “ter” passou a dar o sentido à vida, tornando esses trabalhadores ainda mais alienados, ou seja, a intensificação da manipulação capitalista busca desconstruir o sujeito histórico e protagonista das transformações sociais a que Marx se referia, a classe operária. Como esse sujeito social torna-se apenas um mero produtor e consumidor das mercadorias produzidas pelo sistema, independentemente do valor de uso que elas possuam, tende a tornar-se cada vez mais estranhado em relação ao trabalho e a vida. Ao final se frustrará, já que na prática jamais obterá as condições econômicas plenas para adquirir a variedade de mercadorias criadas e produzidas pelo capitalismo e nem isso, pode realizá-lo efetivamente.

O capitalismo manipulatório busca assim, transformar cada vez mais os trabalhadores em mecanismos de (re) produção do sistema, meros produtores e compradores de bens e serviços, alienados e limitados em desenvolver uma efetiva consciência de classe que os leve a uma ação coletiva transformadora. A individualização e ideologização do consumo, ideal de vida da maioria dos novos trabalhadores, impede o desenvolvimento de uma consciência de classe efetiva por parte deles. O operário, potencialmente protagonista das transformações sociais

segundo Marx, ao se dessubjetivar perde capacidade de resistência e de ação e tende a tornar-se cada vez mais apenas um colaborador para acumulação capitalista. Na busca pela lógica de “vida burguesa”, o trabalhador é enganado pela manipulação, induzido à compulsão pelo consumo exacerbado das mercadorias que o torna cada vez mais alienado socialmente. E mesmo quando consegue realizar parcialmente esse consumo ele se frustra, pois descobre que isso não o realiza e nem o humaniza plenamente.

Portanto, o efeito sobre o homem está direcionado primordialmente para que ele acredite que a aquisição das respectivas loções capilares, gravatas, cigarros, automóveis, etc., que frequentar determinados balneários, etc. faz com que ele seja considerado como personalidade autêntica, reconhecida pelo seu entorno. Neste caso, a questão primordial não é, portanto, a exaltação das mercadorias, como ocorria originalmente na exaltação dos anúncios publicitários, mas pelo prestígio pessoal que será proporcionado ao comprador com sua aquisição (LUKÁCS, 2013, p. 798).

O entendimento de como se constituiu o perfil dos novos trabalhadores passa pela compreensão do meio ao qual eles estão inseridos e das interações a que foram submetidos historicamente. É neste sentido que Lukács propõe a busca por uma leitura da totalidade humana a partir da análise ontológica da vida cotidiana do ser social. "A vida cotidiana ou cotidianidade é, para Lukács, o ponto de partida a partir do qual ele constrói geneticamente a ontologia." (ALVES, 2010, p. 34). Esse pressuposto é determinante para a compreensão e formulação de uma crítica adequada à ação manipulatória do capital sobre a sociedade na atualidade, que tanto influenciou a formação do caráter da nova geração de trabalhadores. É por meio das relações cotidianas que os homens interagem com o mundo e constroem seu processo histórico e material,

(...) não se pode esquecer que, onde quer que a atividade cotidiana seja regulada por tradição, usos, costumes, etc.,

essas sanções se revestem da maior importância prática, mesmo quando se exprimem unicamente na opinião pública do ambiente mais próximo, isto é, daquele ambiente que é extremamente importante para o funcionamento sem atritos da vida cotidiana” (LUKÁCS, 2013, p. 690).

Segundo a forma de análise marxiana para uma melhor compreensão da totalidade histórica devemos partir da análise do singular para o complexo, e não o contrário. É nessa linha que desenvolvemos a presente pesquisa, buscando apreender os resultados da intensificação da manipulação capitalista sobre a subjetividade humana, imposta articuladamente pelo sistema nas últimas décadas. Ao disseminar sua ideologia, o neoliberalismo criou uma “nova” cultura societária, alicerçada no individualismo, na competição e na “compulsão” ao consumo das mercadorias, independente da sua real necessidade. Esse processo influenciou diretamente na constituição do perfil dos jovens trabalhadores, moldando o caráter das novas gerações caracterizado pelo pleno alinhamento com o ideário neoliberal.

III – O aprofundamento da manipulação no interior das empresas: do fordismo ao toyotismo

Vimos até aqui como a manipulação capitalista atuou de forma articulada nos últimos anos nos diversos ambientes da sociabilidade humana. Porém, como o ambiente de trabalho é um local historicamente privilegiado de atuação do capital, foi nele que a manipulação se deu de forma muito mais intensa e requintada, aprofundando ainda mais o comportamento competitivo e individualista entre os trabalhadores. Isso porque, como a capacidade de consumo foi “ungida” como a principal forma de efetivação social, os trabalhadores passaram a se preocupar cada vez mais com os aumentos salariais visando obter o dinheiro necessário para realização desse consumo. Como a forma mais privilegiada de obtenção de

melhorias salariais nas empresas é a ascensão na hierarquia empresarial, a competição entre os trabalhadores acirrou-se sobremaneira. Mas, para que possamos entender as principais características e os níveis da manipulação no interior das empresas sobre os trabalhadores na atualidade, faz-se necessário compreender como se deu esse processo no modelo de organização da produção anterior, o fordismo/taylorismo.

Com o término da Segunda Guerra aumentou a pressão social sobre os governos das principais nações destruídas pela guerra para que retomassem as atividades econômicas quase paralisadas pelo conflito mundial. Havia a necessidade de reativar a produção capitalista com vistas a possibilitar geração de empregos e a reconstrução do “Velho Mundo”. Diversas forças pressionavam esses governos a intervir na economia, com destaque para a falta de confiança do setor privado que diminuiu significativamente investimentos, para as altas taxas de desemprego, para o aumento da inquietação social, para pressão do movimento sindical organizado que temia o retorno do desemprego e do desabastecimento da década de 1930, para o avanço do socialismo soviético que oferecia uma alternativa de organização societária ao capitalismo, entre outros. Juntos, esses e outros fatores pressionaram as nações capitalistas a adotarem ações e diretrizes embasadas pelo keynesianismo, tendo o Estado como principal instrumento de intervenção nas economias nacionais.

Simultâneo a essa ação governamental, no interior das fábricas ocorria o aprimoramento dos processos produtivos, fundamentados no aperfeiçoamento e na intensificação do modelo fordista de organização da produção. Os primeiros setores influenciados por essas diretrizes foram as indústrias produtoras de aço, de eletrodomésticos e de automóveis, que tinham como destino final de seus produtos o abastecimento da Europa e do Japão, em fase de reconstrução. Em razão disso,

(...) o estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho

organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados e nos processos de produção (HARVEY, 1993, p. 125).

As inovações tecnológicas desenvolvidas durante a guerra, foram adaptadas e incorporadas ao sistema produtivo aumentando a produtividade. A intensificação do uso da maquinaria deslocou várias das habilidades manuais dos trabalhadores para as máquinas, diminuindo custos operacionais, aumentando a produção e a lucratividade capitalista. Outro aspecto da ação fordista no interior das empresas foi o aprimoramento do “parcelamento das tarefas”, que simplificou o trabalho e barateou o custo da força de trabalho (salários). O aprofundamento da divisão do trabalho restringiu a compreensão da totalidade do processo produtivo para maioria dos trabalhadores. Apenas um grupo restrito de operários manteve o conhecimento da totalidade do processo produtivo, sendo normalmente designados para a função de supervisão. Esses trabalhadores (supervisores) exerciam em nome do capital um poder coercitivo sobre os demais. O fordismo impôs ao operariado, a ideia de que seria “natural” a divisão entre o “trabalho intelectual” e o “trabalho manual”. O parcelamento da produção e a “rigidez” dos controles eram as principais características das empresas fordistas até o início da década de 1980.

Os idealizadores desse modelo produtivo não queriam simplesmente cercear a criatividade dos trabalhadores, acreditavam que com isso aumentariam a produtividade, já que para eles essa criatividade ocorria de forma desorganizada e aleatória. Defendiam que seria mais produtivo para a indústria se os trabalhadores manuais seguissem rigidamente as orientações prévias e se preocupassem apenas com a execução de suas tarefas. Apesar da ação fordista na tentativa de “cerceamento” da elaboração de inovações por parte dos trabalhadores, a criação é uma característica inerente ao ser humano e, por isso, os operários desenvolviam mecanismos de resistência e propunham diversas alterações nos processos de produção. “Por mais que se tentasse cercear a criação dos trabalhadores, eles não deixavam de imprimir o seu traço pessoal, de inserir a sua ‘fisionomia’ própria, de manifestar suas idiossincrasias seja nos produtos seja nos processos”

(BIANCHETTI, 1999, p. 136). Além de que, a lógica capitalista historicamente sempre buscou se apropriar das ideias que possibilitassem o aumento da produtividade e da lucratividade.

O fordismo se caracterizou principalmente pela produção em massa, pela constituição de grandes estoques, pela separação entre trabalho manual e intelectual, pelo parcelamento do trabalho, pela repetição e pela mecanicidade na execução das atividades laborais. A esteira rolante idealizada por Ford foi adaptada à linha de montagem das indústrias aprimorando o controle do tempo gasto nas tarefas, diminuindo a ociosidade (tempo de trabalho morto) dos trabalhadores. Abreviou o intervalo entre uma atividade laboral e outra, racionalizando e organizando as atividades de forma a obter o máximo de produtividade e de mais valia (ZUBOFF, 1994, p. 81-82). Por meio do parcelamento do trabalho, do controle rigoroso da produção e do aumento da velocidade na execução das tarefas, o capital intensificou sua manipulação sobre o operariado. Para isso, agiu de forma coercitiva e por vezes até “violenta”, reforçando mais uma de suas características históricas elementares:

Em O Capital encontramos muitas situações analisadas por Marx em que aparece a relação entre economia e violência, de modo explícito ou camuflado, manipulado por formas ideológicas. Analisando os diferentes momentos da “acumulação primitiva”, por exemplo, Marx diz que todos eles “utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição (ALCANTÁRA, 2014, p. 132).

A exploração do homem pelo homem por si só consiste numa prática coercitiva, presente na maioria dos modelos de organização societária conhecidos. Impõe-se historicamente na forma de violência física ou psíquica, operando por meio da coerção ou do convencimento: “A legislação sobre o trabalho assalariado, desde sua origem cunhada para exploração do trabalhador e, à medida de seu desenvolvimento, sempre hostil a ele, foi iniciada na Inglaterra, em 1349, pelo

Statute of Labourers (Estatuto dos Trabalhadores) de Eduardo III” (MARX, 2013, p. 809). Apesar do abrandamento da ação coercitiva no período fordista em relação às condições de trabalho observadas nos primórdios do capitalismo, ela se deu determinada pelo ritmo frenético imprimido na produção. Na atualidade essa coerção também ocorre, porém manifesta-se mais como uma “violência psicológica” do que física. As empresas modernas aperfeiçoaram e intensificaram essa manipulação a partir da substituição da rigidez fordista por uma gestão mais caracterizada pela flexibilidade.

Com o enfraquecimento do keynesianismo a partir da década de 1970 e com o surgimento do neoliberalismo, tornou-se “necessário” adequar o fordismo à realidade econômica capitalista. Formas alternativas de organização da produção passaram a ser elaboradas e testadas em várias partes do mundo, visando substituir o modelo vigente que dava nítidos sinais de esgotamento. O caminho definido para superação do fordismo fundamentou-se basicamente no investimento nas novas tecnologias computacionais e na adoção de um novo modelo de gestão empresarial. Isso permitiu a informatização e a automação dos processos, equipamentos e máquinas e a aplicação de formas mais flexíveis para organizar a produção e aumentar a produtividade.

A barreira científica e tecnológica que obrigava Fayol, Taylor e Ford a buscarem alternativas, via racionalização do trabalho, à pressão do capital para reduzir os tempos de circulação – recordando que neles se incluem os tempos de “calcular, pesar, medir” – somente agora, com o desenvolvimento dos primeiros computadores, começava a ser ultrapassada (DANTAS, 1999, p. 232).

Assim, o incremento tecnológico, a redefinição dos processos de trabalho e a mudança na forma da gestão das empresas foram as principais características desse movimento. Segundo Alves (2002), as ações de mundialização do capital desencadeadas pela crise de 1970 levaram a chamada “III Revolução Tecnológica”, caracterizada fundamentalmente pelo papel preponderante desempenhado pelos

sistemas computacionais. A crise capitalista e o esgotamento do modelo de organização da produção fordista obrigaram o Capital a buscar alternativas para sua reformulação e aperfeiçoamento, visando garantir a manutenção da sua reprodução e a ampliação da sua acumulação (BIANCHETTI, 1999, p. 134).

No início da década de 1980 as principais nações capitalistas intensificaram o processo de “substituição” do fordismo por um padrão de acumulação mais flexível. Esse “novo” sistema dava maior maleabilidade aos processos de produção e de gestão das empresas, criando mecanismos inovadores que possibilitaram uma participação maior e mais direta dos trabalhadores na definição dos processos de trabalho. Assim, o “novo” modelo rompia com a principal característica do modelo fordista/taylorista, a rigidez do processo produtivo: “a acumulação flexível como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (HARVEY, 1993, p.140). E ainda,

Entre as principais características do sistema flexível pode-se destacar a fabricação de produtos versáteis e de qualidade, não-rígidos, pouco ou nada padronizados; máquinas e ferramentas flexíveis e homens flexíveis; aproximação da concepção, execução e controle; incorporação da competência humana no trabalho; trabalho coletivo, organização em grupos ou ilhas; redução da hierarquia gerencial e desverticalização organizacional; descentralização baseada na cooperação e relação estreita entre comprador e fornecedor (*just-in-time*) (VIEIRA; GARCIA, 2004, p. 4).

Apesar da mudança ocorrida na forma de organizar a produção na maioria das empresas, é preciso cautela na sua análise, o surgimento desse modelo alternativo mais flexível não representou a substituição e nem o fim das práticas fordistas/tayloristas. A transição do “antigo” modelo para o “novo” modelo não provocou uma “ruptura” brusca e nem total com a maioria das antigas práticas no sistema produtivo das empresas. Podemos até afirmar que, a chamada “acumulação flexível” caracteriza-se muito mais por uma continuidade do que por um rompimento

com o velho modelo, já que na prática ela também busca aprimorar o incremento da produtividade defendido por Ford e Taylor: “No entanto, parece de fato importante acentuar o grau até o qual a acumulação flexível tem de ser considerada uma combinação particular e, quem sabe, nova de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação do capital” (HARVEY, 1993, p. 184).

Desta forma, a flexibilização da produção aperfeiçoou o sistema produtivo, ampliando sua produtividade e melhorando a qualidade das mercadorias e serviços produzidos. Em última análise, o novo modelo reveste-se de um fordismo/taylorismo em novas bases, viabilizado pela intensificação no uso das Tecnologias de Informação (TI's) e pelo aprofundamento da manipulação da subjetividade dos trabalhadores por parte do capital. Esse modelo flexível de organização da produção tem como principal característica o papel participativo desempenhado pelos trabalhadores, que passa a ser um elemento determinante para a elaboração do processo produtivo. O toyotismo²³ refere-se a um dos principais modelos adotados mundialmente pelas empresas flexibilizadas, especialmente no Brasil.

Desse modo, uma característica central do toyotismo é a vigência da “manipulação” do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, que permitem “superar” os limites postos pelo taylorismo-fordismo. É um novo tipo de ofensiva do capital na produção e reconstitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma *captura da subjetividade operária pela produção do capital* (ALVES, 2000, p. 38-39).

²³ O toyotismo é um sistema de organização da produção desenvolvido entre 1948 e 1975 pelo engenheiro *Taiichi Ohno*, vice-presidente da empresa japonesa *Toyota Motor Company* no Japão e que, implantou mudanças significativas na forma de produção desta empresa buscando substituir o modelo de produção fordista/taylorista por um modelo baseado na “co-gestão e na participação” de todos no ato de “pensar e executar” o processo produtivo, que deveria ser o mais racional e enxuto possível. O sistema Toyota busca dar respostas imediatas às demandas do sistema produtivo, trabalhando com o conceito de estoques mínimos e operacionalização em tempo real. O toyotismo também é conhecido por “ohnismo” em homenagem ao seu criador (GOUNET, 1999). Portanto, o “toyotismo” é um modelo de transição entre a produção em massa padronizada e uma organização de trabalho mais eficiente, caracterizada pela introdução de práticas artesanais, bem como pelo envolvimento de trabalhadores e fornecedores em um modelo industrial baseado em linhas de montagem. (CASTELLS, 1999, p. 188).

Como o Japão foi uma das nações pioneiras no desenvolvimento do modelo da “empresa flexível” tendo na fábrica da Toyota seu principal laboratório, o “novo” modelo de organização da produção desenvolvido nesse ambiente foi inicialmente batizado de “Sistema Toyota de Produção” e mais tarde popularizou-se como “toyotismo”. Esse modelo foi um dos mais disseminados e implementados em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil. Várias pesquisas desenvolvidas nos últimos anos e que abordam o tema da “reestruturação produtiva” demonstram a amplitude mundial que esse modelo alcançou: “Ressalte-se que o “modelo” não remete à existência de estruturas fixas e compartimentalizadas de funcionamento da acumulação capitalista, seja isto no Japão ou em outro país” (SANTOS, 2001, p. 16).

Isso não significa dizer que todas as empresas adotaram ortodoxamente o toyotismo nas suas reestruturações produtivas. Na prática porém, ao flexibilizarem sua produção e gestão fundamentaram-se nas ideias básicas de *Taiichi Ohno*, idealizador do Sistema Toyota. Dentre as principais características do toyotismo estão a “cooptação” da força de trabalho por meio do “convencimento”, a prática da chamada “administração participativa”, o trabalho em equipe, as premiações por produtividade, o controle de estoques, a aplicação de remunerações variáveis e a meritocracia. Estas são as bases do modelo de “empresa flexível”. Outras características específicas do sistema japonês, tais como: *kaisen*, *just in time*, *kanban*, etc., podem ser consideradas “contingentes” ou periféricas e, necessariamente não estão presentes nos demais modelos produtivos flexíveis. Apesar das diferenças entre os vários modelos de empresas flexibilizadas, o nexo existencial entre os diferentes sistemas adotados é a intensificação da “manipulação” e a “captura” de aspectos da subjetividade laborativa, característica principal do toyotismo. É nisso que consiste o “espírito toyotista”.

A palavra de ordem é a modernização tecnológica, com produção de pequenos lotes, polivalência e trabalho em equipe. Enfim, é a era das novas formas de gestão de inspiração japonesa, da qualidade total, do novo designer, do operador multifuncional – cooperador e participativo com o

projeto da empresa, competitivo com os colegas (OLIVEIRA, 2004, p. 14).

Com a diminuição continuada das taxas de lucros tornou-se “crucial” flexibilizar o sistema de produção das empresas, diminuir custos, aumentar as quantidades produzidas e aumentar a quantidade de mercadorias vendidas, buscando manter e até ampliar os níveis de lucros obtidos. Fundamentado na aplicação dos “conceitos da qualidade” e da intensificação do uso das “tecnologias de informação” (TI’s), o toyotismo levou a maioria das empresas que utilizaram o sistema a alcançarem altos índices de produtividade. Segundo Alves (2016, p. 169) estabeleceu-se nas empresas um novo “*modos vivendi*” empresarial, um modo e vida “*just in time*”²⁴, fundamentado pelo “espírito toyotista”, que extrapola os limites do mundo do trabalho e invade a vida pessoal dos trabalhadores, no seu cotidiano e na sua intimidade. No Brasil o toyotismo ganhou força a partir de 1990, sendo introduzido em grandes empresas privadas e públicas, tornando-se quase que uma unanimidade entre elas.

O toyotismo na década de 1990 é, portanto, a resposta estratégica dos capitalistas à luta de classes na produção, ao sindicalismo combativo que vinha se consolidando desde as grandes greves metalúrgicas do ABC paulista; é uma retomada do poder de comando dentro das empresas, mas sobre outras bases. Portanto, é na década de 1990 que a reestruturação produtiva alcança um patamar de processo global no Brasil, abarcando não apenas as indústrias de processo parcelar, onde ela começou, mas se estendendo para todas as outras formas de produção industrial, privada ou estatal (MARCELINO, 2008, p. 139).

²⁴ Elemento fundamental na estrutura do sistema de produção toyota, o *just in time* é uma técnica de gestão da produção que tem por objetivo reduzir os lotes de fabricação para diminuir os gastos financeiros decorrentes dos estoques, assim como os custos administrativos de aprovisionamento. Contrariamente ao que ocorria no taylorismo-fordismo clássico, o *just in time* exige a participação ativa dos assalariados da empresa com a finalidade de melhorar o sistema produtivo (SANTOS, 2014, p. 96). O *just in time* basicamente é um sistema de administração da produção que determina que nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes da hora certa. *Just in time* é um termo inglês, que significa literalmente “na hora certa” ou no “momento certo”.

Esse movimento não ocorreu ao acaso, foi resultado direto da ação do sistema do capital na sua fase de financeirização e mundialização:

Esse movimento evidenciou o enorme interesse para o capital da transferibilidade de elementos do “toyotismo”, demonstrado na reorganização interna das empresas, na opção pela renovação tecnológica e na política de qualidade total, com as exigências de certificação (OLIVEIRA, 2004, p. 122).

As principais diferenças entre o fordismo e o toyotismo não se referem à forma de concepção da produção, pois ambos os sistemas têm como prioridade vender o maior número de mercadorias possíveis. Diferem porém, no que diz respeito ao papel desempenhado pelo trabalhador no processo produtivo, já que no toyotismo a participação operária nas decisões que envolvem a produção é muito maior que no antigo modelo. O sistema Toyota motiva e valoriza a participação do trabalhador no planejamento e na concepção das inovações dos processos de trabalho e de produção dando grande importância ao “trabalho em equipe” desenvolvido nos “grupos de trabalho” (Círculos de Controle da Qualidade – CCQ’s). Essa prática cotidiana, facilita a adesão/cooptação dos trabalhadores aos objetivos empresariais e possibilita a criação de padrões para execução das tarefas que, via de regra, são transformados em *softwares* e tornam-se propriedades do capital.

Apesar de Lukács não ter presenciado o salto exponencial do desenvolvimento da produção de mercadorias nas últimas décadas, sua análise acerca da ação manipulatória do capital sobre a sociedade é extremamente pertinente e atual. Através da manipulação, o capital almeja o controle da subjetividade humana e tem no ambiente de trabalho um espaço privilegiado para isso. A nova configuração mundializada e financeirizada do capitalismo exigiu que as empresas (privadas e públicas) se tornassem cada vez mais flexíveis. Restruturadas por diferentes sistemas de gestão e organização da produção adaptados a cada realidade mas inspirados pelo “espírito toyotista”, as empresas intensificaram a manipulação sobre os trabalhadores, gerentes e até sindicalistas, levando-os a

aderirem mais facilmente à prática da chamada “administração participativa”. “De posse desse instrumental teórico de produção de sublimações das emoções e dos sentimentos de pertencimento à empresa, os capitalistas estão mais aptos para impor suas regras sobre a força de trabalho” (OLIVEIRA, 2004, p. 48).

Apesar da ação coercitiva sobre os trabalhadores ser historicamente uma característica do capitalismo, na atualidade ela se processa de forma diferente que no passado. Com o neoliberalismo essa ação foi requintada, passou a se dar de forma mais sutil, mais camuflada, agindo mais sobre a subjetividade humana no sentido de conquistar o trabalhador e não mais coagi-lo. Apesar da sutileza toyotista, o processo de manipulação da subjetividade humana também consiste num ato coercitivo, embora por vezes não seja identificado assim pelo trabalhador. É neste sentido que o toyotismo cumpre com eficácia o papel de manipulação dos trabalhadores, induzindo-os ao “convencimento” e ao “consentimento”. Conquistados pela prática da "administração participativa" e do "trabalho em equipe" a maioria desses operários não se sente como empregados e nem explorados, assumem para si cada vez mais o rótulo de “colaboradores”. Tem dificuldades de perceber o conflito de classes entre o capital e o trabalho, próprio do sistema capitalista.

Ao promover o esvaziamento da memória, flexibiliza a possibilidade de haver conflitos com as mudanças propostas, conformando um tipo de adesão circunstancial. Com isso temos uma nova subjetividade forjada: a do trabalhador colaborador (OLIVEIRA, 2004, p. 77).

A captura de aspectos da subjetividade do trabalhador pelo toyotismo dá-se pela apropriação do seu saber tácito, principalmente nas reuniões dos CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade) ou Grupos de Qualidade. Nesse ambiente são debatidas as formas de execução do trabalho e as melhores “práticas” são unificadas e padronizadas, em seguida informatizadas e alocadas no sistema computacional da empresa. É neste momento que podemos afirmar que parte do “saber fazer” operário é “capturado” pelo capital, na medida em que ao ser

incorporado pela maquinaria na forma de *softwares* (transformado em trabalho morto), passa a pertencer à empresa. Na prática, porém, o trabalho vivo sempre existirá, pois a criatividade humana jamais poderá ser capturada na sua plenitude, apenas o resultado parcial dela.

Mesmo não rompendo radicalmente com o fordismo, o toyotismo transpôs vários dos seus paradigmas, especialmente sua rigidez que foi flexibilizada pela prática da “administração participativa”. Neste sentido, podemos afirmar que o sistema Toyota representa um “aperfeiçoamento” do método de Ford, especialmente por intensificar a apropriação do saber tácito operário pelo capital com menor resistência que no passado. Esse processo também estava presente no antigo modelo de produção, porém de forma menos recorrente e menos totalizante. A “captura” de aspectos da subjetividade do trabalhador consiste no principal objetivo do toyotismo. Ela dá-se de forma muito mais efetiva que em outros sistemas de organização da produção, encoberta e mascarada pelas relações de cooperação cristalizadas pelo discurso e pela prática da administração participativa. Dentre as inovações do toyotismo destacam-se:

(...) a otimização da produção por meio da constante utilização dos saberes operários; a utilização flexível do aparato produtivo; a regra de obediência à demanda para definir a quantidade e as características dos produtos; ao envolvimento do trabalhador e dos sindicatos nos objetivos da empresa (MARCELINO, 2008, p. 123)

Apesar do discurso da “cooperação”, do “trabalho em equipe”, da “ideia de time”, o toyotismo intensifica o individualismo e a competição entre os trabalhadores que buscam a melhor avaliação e, conseqüentemente a ascensão profissional e salarial. Esse comportamento em muito arrefeceu as práticas coletivas entre os trabalhadores e, por conseguinte, enfraqueceu entre eles a ideia de “classe social”. Essa cultura disseminada amplamente no ambiente de trabalho toyotista favorece o isolamento e a concorrência profissional no interior das empresas, enfraquecendo a representação sindical. Cada vez menos o trabalhador enxerga a entidade sindical

como guardiã e defensora dos seus direitos. Além disso, o tradicional acirramento da luta de classes do capitalismo provocado por disputas históricas como a luta pela diminuição das longas jornadas de trabalho e pelo aumento do tempo livre do trabalhador, vem perdendo sentido com a flexibilização das relações sociais e laborais.

A manipulação no ambiente de trabalho tornou-se determinante para o controle empresarial dos trabalhadores e também dos seus clientes pois, na atualidade, as empresas não buscam apenas "vender seu produto ao consumidor", na prática o que buscam é exercer o controle pleno da consciência humana. "Um mundo pleno de mercadorias é, segundo Lukács, um mundo pleno de manipulação, que penetra não apenas os poros da produção, mas do consumo e da reprodução social." (ALVES, 2010, p. 66). Neste aspecto o toyotismo reveste-se de uma importante ferramenta empresarial de disseminação e reforço do ideário neoliberal, pois o trabalhador também é um "consumidor em potencial" das mercadorias produzidas pelo sistema. É no ambiente laboral que o homem passa a maior parte de sua vida e desenvolve a maioria das suas relações sociais por meio da sua produção material. O trabalho apresenta-se como um *locus* estratégico para o aprofundamento da manipulação social por parte do capital:

Não há dúvidas de que o trabalho se constitui para Marx e Lukács categoria fundante do ser social, gênese sobre a qual se ergue, com as devidas mediações, a estrutura das diferentes formas de sociabilidade e constituição dos indivíduos humanos enquanto tais (ALCANTÁRA, 2014, p. 116).

É no interior das empresas flexíveis, revestidas pelo espírito toyotista, que o discurso neoliberal é potencializado. Trata-se de um discurso atraente, que envolve o trabalhador na sua cotidianidade, na sua essência, agindo diretamente sobre sua objetividade e subjetividade. Apesar da nova geração de trabalhadores adentrarem ao mundo do trabalho alinhados ao neoliberalismo, é no interior da empresa toyotista que esses jovens sofrem o aprofundamento desse processo. O ambiente toyotista

almeja que todos os trabalhadores assumam para si, tanto o discurso como o modo de vida neoliberal. “O objetivo é obter um engajamento, um envolvimento, uma mobilização de recursos subjetivos a serviço do trabalho, por parte dos jovens, mas é também envolver e remotivar agentes titulares da empresa” (LINHART, 2007, p. 230).

É a partir da análise do cotidiano dos indivíduos que Lukács (2013) busca obter a leitura da totalidade social. É por meio das relações cotidianas que o homem se relaciona com o mundo e constrói seu processo histórico e material, por isso a compreensão da totalidade histórica deverá sempre partir do singular para o todo e não o contrário. Como os homens e mulheres passam a maior parte do seu tempo de vida no trabalho, ele consiste no principal local de atuação manipuladora do capital e por isso, é o ambiente ideal para buscarmos compreender como esse processo interfere na determinação do perfil das novas gerações de trabalhadores.

Entendemos assim que o conceito de “capitalismo manipulatório” desenvolvido por Lukács (2013) se apresenta mais atual do que nunca, estando presente em todas as dimensões sociais na forma de uma cultura neoliberal que corrobora diretamente na constituição do perfil dos novos trabalhadores. A diferença em relação ao período em que Lukács fez sua análise, cerca de meio século atrás na fase keynesiana, é que a atual manipulação capitalista impulsionada pelo neoliberalismo atingiu patamares muito superiores, cristalizou uma cultura marcada pela intensificação do fetiche do consumo, que se tornou o sinônimo de realização social. Diferente do ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, os trabalhadores atuais não necessitam mais serem convencidos a aderirem ao sistema flexível, pois já estão adaptados à nova realidade empresarial. As novas gerações de trabalhadores que se apresentam ao mundo do trabalho estão prontas para a empresa flexível, foram moldados desde a infância pela ideologia neoliberal, disseminada diuturnamente nos diversos ambientes sociais, cabendo a empresa toyotista apenas aprofundar nesses trabalhadores essa visão de mundo.

I V – A intensificação da alienação (*Entfremdung*)

O desafio crucial para homens e mulheres da atualidade reside em estabelecer um real “sentido de vida plena” que não se resuma ao ato de consumir, pressuposto culturalmente reforçado nas últimas décadas pela ideologia neoliberal. Neste sentido, Lukács demonstra-se incomodado em relação ao permanente conflito existente entre o indivíduo e o mundo, que diz respeito diretamente a sua subjetividade e sua materialidade histórica. “Portanto, o marxismo de Lukács é um marxismo humanista que busca analisar, numa perspectiva histórico-ontológica, as relações sociais entre homens a partir da (crítica) da vida cotidiana” (ALVES, 2010, p. 24). É na análise do cotidiano e da totalidade que envolve a sociedade que se deve buscar compreender como se dá a ação manipulatória neoliberal.

Com efeito, a totalidade da sociedade e a personalidade humana estão inseparavelmente ligadas uma à outra, formando os dois polos de um e do mesmo complexo dinâmico, mas se diferenciam qualitativamente em suas condições de desenvolvimento no plano imediato do ser (LUKÁCS, 2013, p. 603).

Esse conflito é aprofundado na medida em que o capitalismo impõe culturalmente nos trabalhadores o desejo pelo “modo de vida burguês”, valorizando o “ter” em detrimento ao “ser”. Essa cultura leva o homem a sentir-se cada vez mais “estranhado” e alienado socialmente, principalmente em relação ao seu trabalho e sua vida. O imenso desenvolvimento tecnológico, científico e econômico alcançado pela sociedade atual, que deveria ser colocado em benefício da humanidade, paradoxalmente dificulta a efetivação e emancipação do homem enquanto ser genérico tornando-o cada vez mais estranhado em relação ao trabalho e a vida, especialmente ao impor a ele como exigência para sua existência social a obrigatoriedade do ato de consumir compulsivamente. “Ele mostra, ao mesmo

tempo, que “o ter” representa, na vida dos homens enquanto indivíduos, uma força motriz determinante para o estranhamento (LUKÁCS, 2013, p. 592).

A rápida transformação tecnológica ocorrida no sistema capitalista trouxe consigo na mesma velocidade profundas transformações na cultura e no comportamento humano. Reificações novas substituíram as antigas na medida em que se apresentam mais compatíveis com a atualidade. Trata-se de um processo histórico, contínuo, fruto de construções sociais coletivas, a exemplo da substituição das categorias “senhor e servo” pelas de “patrão e empregado”. Cada uma a seu tempo foi naturalizada socialmente, visando confirmar e reforçar o modelo societário vigente, permitindo a efetivação da dominação de uma classe sobre a outra. Todas as vezes que uma alienação se mostra superada em uma sociedade, ela é substituída por outra, adaptada ao tempo e às necessidades do sistema dominante.

Como fenômeno histórico, a alienação apresenta traços peculiares em cada formação social. Sem dúvida, isso não elimina o seu caráter de continuidade, mas cada vez que a base econômica supera determinada situação alienada, ela vem recolocada sob novas bases e sob novas formas (COSTA, 2012, p. 105-106).

Indiscutivelmente o assalariamento representou um avanço em relação à servidão, possibilitando inclusive o surgimento dos sindicatos como ferramenta de luta por melhorias e pela emancipação dos trabalhadores. Porém, apesar dos avanços alcançados com o modo de produção capitalista, frutos especialmente da luta sindical, os trabalhadores emancipados pelo assalariamento continuam a ser espoliados, porém em novas bases. Desde seu surgimento até os dias atuais o sistema capitalista busca por meio da manipulação social “convencer” os trabalhadores de que as leis que regem a relação entre capital e trabalho são “naturais” e “imutáveis”. Assim, a manipulação tem uma função alienadora do trabalhador, na medida em que procura naturalizar as relações de dominação entre as classes. “O homem torna-se personalidade mediante o desenvolvimento das

forças produtivas, mas pode ser estranhado de si mesmo pela força desse mesmo movimento” (LUKÁCS, 2013, p. 743).

A alienação está presente desde a origem do capitalismo. No século XIX, por exemplo, ela se dava principalmente por meio da mais valia absoluta alcançada com jornadas de trabalho prolongadas e intensas (12 a 16 horas) tanto para homens como para mulheres e crianças. A falta de tempo livre e os baixos salários praticados pelo sistema impossibilitavam o consumo dos bens socialmente produzidos, alienando os trabalhadores do resultado de seu trabalho. Em alguns casos a baixa remuneração impossibilitava até a reprodução biológica da força de trabalho, pois não supria nem as necessidades básicas de alimentação dos trabalhadores e seus familiares. Assim, a alienação se dava pela exclusão dos operários do consumo, sendo a mais valia absoluta o carro chefe desse processo. Com o desenvolvimento das forças produtivas e diminuição das jornadas de trabalho expandiu-se a mais valia relativa, aumentando o tempo livre do trabalhador. Esse tempo porém foi transformado em tempo destinado ao consumo e ao sobretrabalho.

O aporte tecnológico, a flexibilidade das jornadas de trabalho, a criação de mecanismos que permitem a execução do trabalho em casa (*Home Office*) e outras formas flexibilizadoras criaram a falsa ideia de que os trabalhadores possuem um tempo livre maior, porém esse tempo foi apropriado pelo sistema. A cultura consumista induz o trabalhador a utilizar esse “tempo livre” para realização da aquisição de bens e serviços, já que busca com isso alcançar sua efetivação social. Além disso, por vezes, esse tempo livre se torna um tempo destinado a execução de sobretrabalho. O debate atual consiste em pensar efetivamente, como de fato ter um tempo livre para o indivíduo que o leve a uma efetiva realização enquanto “ser social”, ou seja, que permita a ele obter “uma vida plena de sentido”, desalienada da cultura consumista. Esse nos parece ser um dos maiores desafios da sociedade moderna. A alienação, assim, caracteriza-se atualmente pela defasagem entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades sociais, sempre em favor da primeira.

Na prática, a cultura neoliberal busca principalmente dar conta da produção excedente das mercadorias e elevar a lucratividade por meio do aumento da quantidade vendida. A superprodução gerada pelo desenvolvimento das forças produtivas exige na mesma proporção o desenvolvimento de um “superconsumo”. A expansão extraordinária da produção ocorrida nas últimas décadas tornou estratégica a intensificação do processo manipulatório da sociedade focado na valorização da cultura do “ter”. Para que isso fosse efetivado foi necessário cada vez mais impor “o valor de troca” sobre o “valor de uso” das mercadorias: “Não é preciso comentar que, em tudo isso, a velha categoria do ter, ressaltada por Marx, desempenha o papel fundamentador: também nesse caso, pretende-se que o ter determine o ser” (LUKÁCS, 2013, p. 798).

Atualmente, a imposição do “valor de troca” sobre o “valor de uso” das mercadorias implica na prevalência das relações de “compra e venda de mercadorias” sobre as “relações sociais”, determinando-as objetivamente. Esse processo transforma tudo em mercadoria, especialmente o trabalho humano, contribuindo para uma contínua desumanização e desefetivação social do homem enquanto ser genérico. O desenvolvimento das forças produtivas, apesar de ser fruto do incremento das capacidades humanas, antagonicamente levou a maioria das pessoas a experimentar o desmonte de suas personalidades. Neste processo, por vezes ocorre a destruição de indivíduos e até de classes inteiras, que são alienadas do processo de consumo das mercadorias, entranhando-se cada vez mais. Por essa razão não se realizam “plenamente”, conforme os padrões vigentes na sociedade atual (LUKÁCS, 2013, p. 580).

Outro fator determinante no processo de alienação dos trabalhadores diz respeito ao papel exercido pelo dinheiro, que se tornou a “mercadoria equivalente” no sistema de trocas capitalistas. O estímulo ao consumismo fundamenta-se na supervalorização do valor de troca das mercadorias e serviços sobre os seus valores de uso. Como somente a posse do dinheiro torna possível a efetivação do consumo, essa mercadoria equivalente tornou-se o principal objeto de desejo dos homens e mulheres da modernidade. Além disso, o consumo também é pressionado pela

necessidade de manutenção dos níveis de lucratividade do sistema, pela superprodução alcançada com o incremento tecnológico, pela concorrência crescente no mercado, entre outras. Mais do que nunca, o capital necessita intensificar o consumo de produtos e serviços de forma a garantir sua sobrevivência e quando possível aumentar sua acumulação e reprodução. Por isso, a alienação não pode ser entendida apenas como um fenômeno da consciência, um produto do pensamento, conforme entendia Hegel, na verdade é algo inerente ao homem, inseparável dele (ALCANTÁRA, 2014, p. 35).

Para dar conta do excedente de mercadorias produzidas, o sistema teve de propiciar a uma parte dos trabalhadores as condições econômicas mínimas para participar do consumo. Neste sentido, não é que a “mais valia absoluta” tenha sido extinta, mas ela deixou de ser determinante no processo de alienação. A “mais valia” relativa é quem assume esse papel atualmente, especialmente por propiciar a elevação do poder aquisitivo de parte dos trabalhadores e aumentar o tempo livre destes, que é manipulado pelo sistema no sentido de transformar-se em um tempo destinado ao consumo e ao sobretrabalho e não para realização social plena do ser humano.

Mas a consequência desse momento de domínio do capital sobre o trabalho, segundo Lukács em conversa com Leo Kofler (1969), é que a exploração da classe operária através da mais-valia absoluta converte-se numa exploração que se opera mediante o predomínio da mais-valia relativa. Isso torna possível um aumento da exploração ao lado de um aumento do nível de vida do trabalhador. (ALCANTÁRA, 2014, p. 163)

Embora essa alienação seja inerente ao sistema do capital, ela apresenta-se atualmente muito mais intensificada e “naturalizada” que no passado, pois a cultura do consumo incorpora cada vez mais o ideário de vida das pessoas, transformando-a num modo de vida. Ao reforçar as práticas comportamentais do individualismo e do

consumismo o capitalismo manipulatório naturalizou essa alienação e ao mesmo tempo enfraqueceu as práticas coletivas, fragilizando a ideia de "classe social".

A principal função social da manipulação da vida cotidiana – justamente no âmbito do domínio absoluto da desideologização – consiste justamente em apresentar às pessoas do cotidiano a sua vida “normal” subjetivamente como o melhor dos destinos possíveis, objetivamente como destino inescapável” (LUKÁCS, 2013, p. 804).

Neste sentido, o ambiente da empresa flexível reforça e naturaliza o véu da alienação imposta ao trabalhador pelas outras dimensões sociais. Como a ação manipulatória capitalista não está preocupada em vender aquilo que o consumidor precisa, mas sim buscar exercer o controle pleno da consciência humana, as campanhas publicitárias vinculam a realização pessoal ao ato de comprar as mercadorias produzidas, independente do seu real valor de uso. Por meio da propaganda ideológica intensa, o sistema manipula a sociedade criando “novas necessidades” para o consumo das novas mercadorias fabricadas. “Nosso desejo de determinada roupa pode ser ardente, mas alguns dias depois de comprá-la e usá-la, ela já não nos entusiasma tanto. (...) A economia de hoje reforça essa espécie de paixão autoconsumptiva, tanto nos *shopping centers* como na política” (SENNETT, 2006, p. 128). Desenvolve-se a falsa ideia de que somente através do consumo desses produtos (cigarro, carros, roupas de marca, entre outros), o homem atingirá uma vida plena de sentido.

Estou convencido de que todo o sistema de manipulação, do qual estamos falando, surgiu dessa necessidade e depois estendeu-se à sociedade política. Agora esse mecanismo domina todas as expressões da vida social, desde as eleições do presidente até o consumo de gravatas e cigarros. Basta folhear algumas revistas para encontrar exemplos suficientes desse fenômeno (ALVES, 2010, p. 128)

O comportamento obsessivo pelo desejo de posse de homens e mulheres se constitui numa das principais manifestações de alienação na atualidade. Neste sentido, o *marketing* desempenha um papel determinante neste processo, induzindo a alteração do comportamento humano, levando a maioria das pessoas a consumir e produzir produtos que por vezes nem mesmo necessitam: “Exige-se do novo sujeito que produza “sempre mais” e goze “sempre mais” e, desse modo, conecte-se diretamente com um “mais-de-gozar” que se tornou sistêmico” (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 355). Quanto mais o sistema aprofunda esse processo, maior é o nível de alienação e estranhamento social a que os homens são submetidos. A manipulação neoliberal age diretamente sobre a subjetividade dos indivíduos impondo sua cultura burguesa, estranhando-os e criando no imaginário popular a ideia de que a "realização pessoal", "o prestígio", "a felicidade" dependem exclusivamente do consumo. “Essa é uma das características mais salientes apontadas por Lukács: a expansão da grande indústria capitalista a todo setor de consumo e dos serviços influencia a vida cotidiana com uma intensidade jamais vista em sociedades precedentes” (ALCANTÁRA, 2014, p. 149).

É neste sentido que a produção das mercadorias e, conseqüentemente, o trabalho humano, continuam tendo importância vital na constituição do ser social. Conforme Marx, o trabalho é a categoria central do processo de transformação do “ser natural” em um “ser social”, pois ao transformar os elementos da natureza em mercadorias consumíveis o homem se objetiva, se humaniza. Marx vai além, e afirma que a transformação da natureza (criação/produção de bens e serviços) pelo trabalho cooperado é uma atividade exclusivamente humana, que difere do trabalho de qualquer outro ser.

Assim como o tornar-se homem acontece objetivamente no trabalho e no desenvolvimento das capacidades produzido subjetivamente por ele somente quando o homem não reage mais de modo animalesco ao mundo que o cerca, isto é, quando deixa de simplesmente se adaptar ao respectivo mundo exterior dado (LUKÁCS, 2013, p. 596).

E ainda:

Vimos, em linhas gerais, que em sua Ontologia Lukács apreende o trabalho como categoria fundante do ser social, base ontológica de todas as suas determinações, de modo que os fundamentos essenciais da vida social e conseqüentemente das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza tem origem neste momento peculiar ao mundo dos homens (ALCANTÁRA, 2014, p. 47).

O capital, porém, historicamente busca impor ao trabalho uma função secundária, diminuindo sua importância como mecanismo de emancipação social. Neste sentido, a alienação do trabalhador cumpre um papel estratégico para o sistema, na medida em que sua intensificação tem levado cada vez mais o trabalhador a enxergar o trabalho apenas como a forma da obtenção do dinheiro necessário para efetivar o consumo das mercadorias e não mais como uma forma efetiva de realização social e pessoal. Essa condição constitui-se numa das principais manifestações de estranhamento dos trabalhadores na atualidade.

Além de ser responsável pela produção das mercadorias, parte dos trabalhadores ganha cada vez mais importância, em menor ou maior grau, no consumo dos bens e serviços supérfluos produzidos. Esses trabalhadores consumidores, incorporados ao consumo desses bens e serviços supérfluos passam a serem também responsáveis pelo binômio produção/consumo, assim como os ricos. Esta pequena parcela da força de trabalho refere-se a um contingente limitado de operários dotados de um poder de compra um pouco mais elevado que a maioria dos trabalhadores. A grande parcela do operariado, porém, não foi incorporada ao consumo desses produtos supérfluos, o que torna para eles a relação com trabalho ainda mais estranhada. Neste caso, o trabalho não lhe possibilita a aquisição das mercadorias e nem a efetivação enquanto ser social. Essa, porém, não é a única forma de alienação imposta aos trabalhadores atualmente, pois o estranhamento se manifesta socialmente de diversas formas, tanto em relação às totalidades como as individualidades.

Neste sentido, a alienação se desdobra em múltiplas expressões que emergem da base econômico-objetiva da complexa sociabilidade, mas jamais é redutível a ela, visto que na relação dos complexos singulares com a totalidade, esta última constitui o momento predominante. Daí a conexão com os valores sociais e com aspectos subjetivos referentes ao homem, no trabalho, em sua interioridade, nas relações entre os sexos, nas posições políticas etc., contribuindo para pensar não só a sua essência e significado, mas a necessidade de superação de alienações no sentido de uma autêntica história humana (ALCANTÁRA, 2014, p. 17).

A busca pelo “estilo de vida burguês” contagiou a sociedade, materializando-se pela compulsão ao consumo. A diminuição da jornada de trabalho, fruto dos séculos de luta do movimento sindical, que em tese deveria gerar um tempo livre para realização pessoal e efetivação do homem enquanto ser social, foi transformada pelo capitalismo em tempo destinado principalmente ao consumo de bens e serviços (compras no shopping, compras no comércio, visita a complexos de entretenimento, viagens, entre outras). No entanto, mesmo com um pequeno incremento salarial alcançado por algumas categorias de trabalhadores, a riqueza capitalista não é para todos, está reservada apenas a uma elite privilegiada. Quando os trabalhadores se deparam com os limites econômicos para o consumo, veem seus sonhos desfeitos, se sentem despossuídos de um “sentido de vida plena”.

A incapacidade da efetivação plena do consumo, associada a outros fatores presentes no mundo do trabalho, tais como: as metas de produção inatingíveis impostas pela empresa, o ritmo acelerado da produtividade, a pressão exercida por meio dos processos de avaliação de desempenho, a instabilidade e a incerteza do emprego, os rígidos controles na produção, entre outros, levam muitos trabalhadores à frustração, à desesperança. O ambiente de trabalho que deveria ser o espaço de objetivação e efetivação do ser social, tornou-se um local adoecido, causador de sofrimento, que ao invés de humanizar, desumaniza o trabalhador, levando-o ao adoecimento físico e psicossocial, por vezes manifestado precocemente.

As doenças profissionais e os acidentes de trabalho são um sintoma da dureza das condições de trabalho. Há dez anos, as reconhecidas triplicaram na França. Os acidentes de trabalho que necessitam de uma parada recomeçam a crescer desde 1990, para atingir a cifra de 911.000 em 1999. Esses números estão provavelmente aquém da realidade, visto que as grandes empresas têm tendência de não declará-los, porque eles determinam o montante de cotização ao ramo acidente e doença da segurança social (GAULEJAC, 2007, p. 203-4).

A intensificação da manipulação neoliberal constituiu uma “nova” base cultural para a sociedade que moldou o comportamento das novas gerações: “Consequentemente a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas outro “regime de acumulação”, mas também, mais amplamente, outra sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24). Neste contexto, onde a atividade laboral passou a representar apenas o meio pelo qual o trabalhador garante sua sobrevivência, ele não se enxerga mais nesse trabalho, não se realiza através dele. Para muitos, o trabalho se tornou sinônimo de sofrimento, de estranhamento. Isso leva o trabalhador a experimentar a dessubjetivação social, ou seja, ele é praticamente “destruído” socialmente. Resta-lhe apenas buscar sua realização pessoal fora do trabalho no seu tempo livre, mas esse tempo foi manipulado pelo capital, transformado em tempo destinado ao consumo e ao sobretrabalho. Aí reside a alienação, o estranhamento do homem moderno.

É a realização do trabalho humano que transforma a natureza em mercadorias e que deveria humanizar o homem. Porém, quando o capital desmonta o trabalho reduzindo seu significado, coisifica-o e impõe ao trabalhador uma desrealização social. Nesta condição estranhada, o trabalho acaba por dessubjetivá-lo. Esse "*modus operandi*" do capital é potencializado pelo neoliberalismo e age diretamente sobre a subjetividade do trabalhador, intensificando o processo de desconstrução da sua personalidade. A relação entre os homens, historicamente mediada a partir do trabalho, apresenta-se cada vez mais como uma relação entre coisas e não entre seres. Isto tem se tornado frequente e “naturalizado” na sociedade atual, especialmente na cotidianidade do ambiente de trabalho, embora ocorram resistências pontuais a esse processo:

Com efeito, quanto mais a vida cotidiana dos homens produzir modos e situações de vida coisificados – por enquanto ainda no sentido até aqui indicado –, tanto mais facilmente o homem da vida cotidiana se adaptará espiritualmente a elas enquanto “fatos da natureza” sem oferecer-lhes resistência espiritual-moral, e por sua via pode surgir em média – sem que, em princípio, isso vá necessariamente ocorrer – uma resistência atenuada contra autênticas reificações que produzem estranhamento (LUKÁCS, 2013, p. 664-665).

Como vimos anteriormente, a tentativa de desconstrução da categoria trabalho é histórica e própria do sistema capitalista, porém apresenta-se muito mais eficaz na atualidade. No final da idade média, no período que antecedeu o surgimento da manufatura e posteriormente da indústria, a elaboração final de qualquer produto trazia em si a marca do artesão que a confeccionou, era como se fosse uma “obra de arte” dele, criação de um “artista”. O artesão se realizava plenamente, se objetivava na elaboração da mercadoria que trazia implícita sua identidade, expressava o seu perfil, seu estilo, seu modo de ser e de fazer. Resultado direto de seu domínio sobre o ofício, da habilidade acumulada ao longo de anos, herdada de seu mestre e/ou pai. Neste processo, o executor dominava todas as etapas da produção, era o real proprietário do conhecimento de todas as fases do processo produtivo.

A evolução do artesanato para a manufatura e, posteriormente para indústria, representou um avanço social incontestável mas, ao mesmo tempo fez com que o trabalhador perdesse o controle e o conhecimento da totalidade do processo de produção. A simplificação do trabalho, desqualificou o “saber fazer”, aumentando a dependência do trabalhador em relação ao capital. Ao longo dos séculos o trabalho vem perdendo a capacidade de promoção da emancipação humana, tornando-se cada vez mais um simples componente da produção, executado de forma repetitiva, parcelar e simplificada. Na idade média a confecção da mercadoria representava a forma como o homem criava-se a si mesmo. Na medida em que o atual desenvolvimento das forças produtivas precariza cada vez mais o papel do

trabalhador na produção, ela também dificulta a emancipação e constituição desse homem enquanto ser social, aumentando sua alienação e seu estranhamento em relação ao seu próprio trabalho e a sua vida.

Evidencia-se que a essência da alienação em Lukács remete à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento dos indivíduos singulares, mas as capacidades humanas que se desenvolvem a partir das exigências da divisão social do trabalho impostas pela economia podem se converter, sempre em situações historicamente determinadas, em obstáculos ao tornar-se-humano do homem, ao devir de sua personalidade. Essa negação social do ser humano, cuja base material se encontra no trabalho (abstrato) predominante sob o capitalismo, consubstancia-se pela exploração do homem pelo homem e atinge patamares sempre mais elevados de desumanidade. (ALCANTÁRA, 2014, p. 31)

Assim, a relação do trabalhador com seu trabalho pode ter sentidos antagônicos, dependendo da forma como isso se efetiva. A objetivação que pode ser alcançada pelo trabalhador no processo de confecção da mercadoria é algo extremamente positivo, na medida em que ele se exterioriza. Porém, quando isso ocorre de forma alienada (estranhada), isso aparece como algo negativo, pernicioso ao homem, já que impede/dificulta a sua efetivação enquanto ser genérico. “Neste sentido, enquanto a exteriorização tem significado positivo por permitir o desenvolvimento da personalidade humana, a alienação tem sentido negativo porque pode aviltá-la e impedir o seu desenvolvimento” (ALCANTÁRA, 2014, p. 60).

A intensificação da divisão do trabalho, associada ao incremento tecnológico, tende a precarizar cada vez mais o trabalhador que é submetido a tarefas específicas, simplificadas e repetitivas, que exigem um conhecimento cada vez menor da totalidade da produção. Nesse contexto, também ocorre uma “desumanização” do produto, já que a sua essência tende a conter cada vez mais trabalho morto (tecnologia, *softwares*, etc.) e menos trabalho vivo (força de trabalho). Porém, faz-se necessário lembrarmos que é impossível a elaboração de qualquer produto sem o mínimo de trabalho vivo, já que conforme Marx (2013) somente o

trabalho humano pode gerar valor. É desta forma que se apresenta o *lócus* de trabalho contemporâneo, desumanizado, adoecido, estranhado, onde se evidencia a contradição capitalista provocada pelo desenvolvimento significativo das forças produtivas e a contraditória desconstrução da personalidade humana.

Como vimos no decorrer da exposição, os fundamentos ontológicos gerais da alienação apontam uma antítese entre o desenvolvimento das forças produtivas e das individualidades sociais como essência dos processos alienadores presentes na realidade social (ALCANTÁRA, 2014, p. 161).

Assim,

As alienações decorrentes dessa aceitação “voluntária” constituem uma realidade a partir do chamado trabalho livre, do inegável progresso econômico-social provocado pelo intenso desenvolvimento das forças produtivas que aí tem lugar (ALCANTÁRA, 2014, p. 120).

Apesar da intensificação da alienação no sistema capitalista, reafirmamos a centralidade do trabalho como categoria fundante do processo de humanização e de formação da personalidade humana, especialmente em função da relação histórica, material e dialética existente entre o indivíduo e o trabalho. Independente da sociedade, do período analisado ou das bases sociais estabelecidas o trabalho sempre manterá sua centralidade, principalmente por ser o responsável direto pela produção de “valores de uso”, fundamentais para a sobrevivência humana e para a efetivação do homem enquanto ser social.

Ou seja, o trabalho constitui a categoria central da gênese do homem; com ela tem início o processo de desenvolvimento humano. Mais decisivo ainda para o nosso tema é que, em linhas gerais, a personalidade resulta da elevação das capacidades humanas como consequência indireta do desenvolvimento do processo de trabalho e, mesmo que por muitas mediações, tem sempre o trabalho como sua base ontológica fundamental. (COSTA, 2012, p. 17).

A influência na formação da personalidade humana produzida pelos aspectos que norteiam culturalmente a sociedade são inegáveis e indissolúveis, são dois extremos do mesmo complexo social. Mesmo independentes na sua dinâmica constitutiva e nas metamorfoses que sofrem, esses extremos se influenciam dialeticamente e de forma contínua. Apesar da predominância do comportamento consumista da sociedade, a possibilidade de efetivação desse modo de vida jamais será alcançada pelo conjunto total da sociedade. Isso porque o desenvolvimento do sistema capitalista é desuniforme, concentra a maior parte da riqueza socialmente produzida nas mãos de grupos restritos, privando a maioria do acesso aos bens produzidos. Desta forma, a alienação econômica do trabalhador se dá por sua impossibilidade de efetivação plena do consumo das mercadorias.

A alienação atinge o homem de imediato na sua particularidade, na sua subjetividade. Ela cria obstáculos para o pleno desenvolvimento da personalidade humana na medida em que é moldada a partir da diretriz mercadológica vigente, focada na posse (ter), no individualismo, na competição em detrimento da formação efetiva do *homo* social (ser). Desta forma, a formação da personalidade é um resultado direto das relações de sociabilidade humana que são fortemente influenciadas pelas questões socioeconômicas e também pelas individualidades de cada um. A personalidade é a expressão dessa individualidade, resultado objetivo da *práxis* humana, que responde de forma prática às questões práticas impostas pelo cotidiano.

Portanto, as escolhas feitas pelos indivíduos, componentes da cadeia de alternativas como característica da continuidade de sua pessoa, não estão limitadas a simples expressões da liberdade individual. Essas escolhas são determinadas socialmente pelas circunstâncias sociais, familiares, de classe, costume, tradição, enfim, as condições objetivas de vida, desde o nascimento do próprio indivíduo (COSTA, 2012, p. 54-55).

A sociabilidade age de forma abrangente sobre as individualidades e oferece um número cada vez maior de mediações, alargando as possibilidades para sua determinação. O comportamento social é determinado por valores disseminados

pelos instrumentos de formação ideológica presentes na sociedade e que atuam no cotidiano. Um exemplo disso é a decisão de dar lugar ou não a uma pessoa de idade num transporte coletivo, isso, via de regra, é uma normativa imposta mais por valores sociais do que pela simples existência de uma lei. Daí a importância para o capital do controle manipulatório dos mecanismos sociais de influência ideológica.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e as coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada (MARX, 1997, p. 21).

A personalidade humana é um resultado da interação entre os homens em sociedade, das escolhas e decisões que tomam dentro de uma realidade dada, não sendo assim determinada pela simples vontade individual. Essas escolhas apesar de não serem determinadas individualmente, referem-se a respostas dadas para questões que surgem do cotidiano da dinâmica social. “Assim, a substância que caracteriza a dinâmica da personalidade consiste na síntese constituída pela contínua cadeia das decisões tomadas ao longo da vida, traduzida em continuidade, direção e qualidade destas mesmas decisões” (COSTA, 2012, p. 125-126). Por essa razão, a ação manipulatória notabiliza-se pela capacidade que tem de penetrar e perpassar o cotidiano dos homens, conquistando-os com seu discurso “encantador”. Por isso “Lukács defende que a ideologia nasce do *hic et nunc*, isto é, do cotidiano mais imediato da vida social e a ele se dirige. Por isso mesmo a decisiva importância que confere ao problema do cotidiano (ALCANTÁRA, 2014, p. 76).

Como a constituição da personalidade humana é determinada tanto por aspectos objetivos como por aspectos subjetivos referentes à reprodução da vida

material, o trabalho refere-se a um espaço vital para este processo. Em função das alienações, especialmente as econômicas, o desenvolvimento das individualidades não se dá na mesma velocidade e intensidade do desenvolvimento das forças produtivas. Essas últimas agem atualmente de forma negativa sobre a subjetividade humana, reforçando o comportamento individualista e consumista, inibindo o desenvolvimento de uma efetiva consciência de classe. “Relações sociais baseadas na exploração do homem pelo homem reduzem sentimentos e aspirações ao plano do ter e cerceiam a expansão da personalidade no sentido do para-si do gênero humano” (COSTA, 2012, p. 88).

É neste sentido que a manipulação ideológica constituiu-se num mecanismo de luta social e não apenas na forma dominante de uma sociedade pensar e se impor. O processo de alienação se dá a partir da mediação econômica, mas também pela ação ideológica sobre as subjetividades humanas, age dialeticamente ao mesmo tempo nas esferas superiores e inferiores da sociedade. O alto grau de manipulação exercido pelo capital nas últimas décadas moldou decisivamente a personalidade dos jovens trabalhadores da atualidade, que foram moldados desde a adolescência pelos valores neoliberais. “Difícilmente será possível glorificar de maneira mais clara a realização absoluta e a definitividade da manipulação universal” (LUKÁCS, 2013, p. 829).

Assim a alienação, fenômeno social marcante da atualidade, aparece como um dos principais resultados da ação ideológica neoliberal desenvolvida no cotidiano social e aprofundada no ambiente empresarial. Neste sentido, a empresa flexível apresentou-se como local privilegiado de intensificação e aprofundamento dessa manipulação, influenciando na forma de pensar da maioria dos trabalhadores. De certa forma, os jovens eletricitários estudados nesta pesquisa representam um extrato fiel do perfil da maioria dos novos trabalhadores da atualidade. Nascidos a partir de 1980, esses jovens possuem atualmente entre 20 e 40 anos de idade. Como essa geração sofreu influência direta do processo de mundialização do capital sua personalidade foi em muito influenciada pelos preceitos neoliberais, por essa

razão para efeitos do desenvolvimento do presente estudo denominamos esses “novos” trabalhadores como sendo a “**geração neoliberal**”.

V – O surgimento da “geração neoliberal”

Como vimos, nas últimas décadas a categoria trabalho sofreu uma metamorfose substancial, determinada especialmente pela ação manipuladora neoliberal. O incremento tecnológico e a flexibilização dos processos de produção e de gestão foram o carro chefe dessas mudanças e, corroboraram diretamente na constituição do perfil do “novo” trabalhador. Esta nova geração se caracteriza por um comportamento marcadamente consumista, individualista e competitivo. Ávido em consumir as mercadorias produzidas pelo sistema, o operário da atualidade vê o trabalho principalmente como uma forma de realizar esse consumo. A tradicional relação de objetivação entre o homem e seu labor, se transformou numa relação alienada (estranhada).

Essa caracterização sumamente genérica da atualidade capitalista mostra que todas as manipulações econômicas, sociais e políticas dominantes se convertem em instrumentos mais ou menos conscientes para acorrentar o homem à sua particularidade e, desse modo, ao ser estranhado (LUKÁCS, 2013, p. 797).

Os trabalhadores brasileiros da geração a que nos referimos, nasceram entre as décadas de 1980 e 1990 e, por isso, vivenciaram na sua adolescência o auge do neoliberalismo no Brasil. A ideologia neoliberal disseminada pelo governo nas diversas esferas sociais, especialmente no ambiente educacional e nas empresas privadas e públicas, foi determinante para a constituição do perfil dessa nova geração de trabalhadores. “O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje

estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 30). O capitalismo em sua fase neoliberal promoveu uma verdadeira revolução cultural e social, tornando hegemônico os pressupostos do consumo e do individualismo como principais características dos novos trabalhadores. Por isso essa geração é filha do seu tempo, denominada aqui por nós de **“geração neoliberal”**.

O sujeito neoliberal em formação, do qual gostaríamos de delinear aqui algumas características principais, é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo que foi objeto de inúmeros trabalhos. Não faltam hoje descrições do homem “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluído”, “sem gravidade”. (...) O homem neoliberal é um homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial. (...) Fabricar homens úteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo, fabricar o *homem* eficaz é o que já começa a se delinear, e de que maneira, na obra benthamiana (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321-326).

Quando esses jovens ingressaram no mundo do trabalho atual, já se encontravam preparados, adaptados às exigências flexibilizantes do sistema vigente. Mesmo sem terem a total consciência da adequação comportamental a que foram submetidos desde a infância, esses trabalhadores possuem um perfil maleável que se adapta facilmente às exigências das empresas flexíveis. Revestidos do espírito toyotista, aceitam facilmente os desafios impostos, demonstram compromisso total no atingimento das metas, são mais engajados, se subordinam mais facilmente à maquinaria, demonstram menor criticidade em relação à manipulação que sofrem, entre outros. Em função dessas características, as empresas demonstram preferência pela contratação desses jovens trabalhadores, ao invés daqueles mais maduros, com memórias de luta, mais resistentes às mudanças impostas pelos modelos flexíveis, como o toyotismo.

No interior das empresas esse jovem trabalhador é estimulado ainda mais no seu comportamento individualista, competitivo e de subordinação ao ideário neoliberal. Ao ser aceito neste novo ambiente laboral, o jovem trabalhador incorpora

o discurso empresarial do empreendedorismo, do desafio de negociar seus próprios objetivos e metas, participar como avaliador crítico do seu desempenho, ou seja, torna-se “parceiro” do capital e não mais antagônico a ele. São estimulados a “jogar com suas próprias cartas”, a incorporarem os valores e aspirações da empresa, que estimulam a competição exacerbada e a individualidade entre os trabalhadores. “Na verdade, essas novas práticas desenvolvidas pelas empresas mais inovadoras repercutem nas tendências profundas, modelando diretamente as representações” (LINHART, 2007, p. 118).

Assim, a definição do conceito de geração neoliberal ao qual nos referimos neste estudo engloba os operários que possuem atualmente entre 20 e 40 anos. Esses trabalhadores possuem como principal característica comum o fato de terem sido influenciados desde muito cedo pelas novas tecnologias computacionais e pelo ideário neoliberal. Neste sentido, distanciamos aqui do conceito tradicional de “juventude” determinado a partir do aspecto biológico, “trata-se de desvencilhar o olhar sociológico sobre as juventudes do olhar das ciências que procuram “naturalizar” a juventude, como a Biologia – que informa a medicina – e a Psicologia” (GROPPO, 2004, p. 11). Entendemos juventude como uma categoria sociológica, historicamente construída, constituída a partir de uma cultura comum que gera um comportamento comum. Apesar das diferenças cronológicas (20 a 40 anos) e das diversidades sociais entre esses jovens, eles têm um *ethos* social comum, determinado principalmente pela ação ideológica neoliberal. Assim,

o conceito de juventude, construído dentro de uma visão histórica e sociológica, deve ser pensado, de fato, sobre dois eixos semânticos: um que denota a unidade, quando se refere a uma fase da vida; e outro que denota diversidade, decorrente das diferentes origens de classes dos jovens, origem rural ou urbana, de serem jovens estudantes, jovens estudantes-trabalhadores, solteiros ou casados, homens ou mulheres. Dentro desta perspectiva, no estudo do jovem, é imprescindível não percebê-lo como vivendo uma fase estanque da vida, mas sim uma fase da vida que, na realidade, representa um processo e uma sequência de percursos, de trajetórias que realiza nos vários espaços sociais e pelos vários quadros

institucionais, entre a infância e a idade adulta (GARCIA, 2003, p. 3).

A geração neoliberal é movida pelo “espírito empreendedor” e “aventureiro”, característico do toyotismo. O comportamento maleável e adaptável dos novos trabalhadores alinha-se às exigências da empresa flexível, pois “as organizações valorizam sobretudo capacitações humanas portáteis, a capacidade de trabalhar vários problemas com um plantel de personagens constantemente mudando, separando a ação do contexto” (SENNETT, 2006, p. 131). Tanto a empresa toyotista como os novos trabalhadores valorizam muito mais os aspectos da polivalência, adaptabilidade, produtividade, competitividade, entre outros, e bem menos a experiência acumulada (saber tácito) dos antigos trabalhadores.

A condição juvenil, como relação experimental com o presente, tende a fazer com que as juventudes valorizem mais as vivências do imediato e a espontaneidade, que tendem a considerar mais ou menos secundárias, às vezes até inútil, a experiência acumulada, já que esta é um atributo da maturidade, daqueles que já experimentaram os valores e as realidades e os introjetaram em sua personalidade básica (GROPPO, 2004, p. 17).

O neoliberalismo produziu culturalmente um “novo” modo de vida para essa juventude, centrado na competição, no individualismo e no consumismo. “Considera-se aqui a juventude um “estilo de vida”, como “uma forma de ser”, como “estado de espírito”, que todos, independentemente da sua idade, podem – e devem – assumir” (GROPPO, 2004, p. 18). É bem verdade porém, que apenas uma parte dessa juventude alcança o sucesso financeiro e profissional desejado. O capital trata de “vender” essa possibilidade como algo realizável para todos, porém, apenas uma parcela pequena desses trabalhadores atinge efetivamente uma capacidade real de consumo das mercadorias produzidas pelo sistema capitalista.

No Brasil, esses trabalhadores normalmente são definidos como a “nova classe média”²⁵, que recebem entre 3 e 10 salários mínimos e possuem um trabalho estável. É nesta faixa de renda que se enquadram a maioria dos trabalhadores próprios da Copel estudados nesta pesquisa. Além disso, possuem estabilidade no emprego e detêm certa capacidade de consumo da maioria dos bens e serviços produzidos pelo sistema. Esses jovens têm um comportamento característico do seu tempo, voltado à busca pelo consumo, inspiram-se no modo de vida “burguês”. Em 1999 Ignacio Ramonet, diretor do *Le Monde Diplomatique*²⁶ da França observou algumas características dessa nova geração que atualmente se faz presente em todo o mundo:

A homogeneização cultural dos habitantes do planeta acelera-se por influência dos efeitos da cultura de massa, especialmente os impostos pelas grandes mídias, a televisão e a publicidade, o que destrói as particularidades nacionais. Estamos sofrendo a homogeneização dos costumes e a padronização cultural propiciada de modo irreversível, na Europa, pelo *jeans*, camisetas, *westens*, seriados, *shows*, *hamburgers*, coca-cola, pepsi, *pampers*, *selfservices*, supermercados (RAMONET, 1999, p. 55).

A ideologia neoliberal desenvolvida no Brasil na década de 1990 e que influenciou empresas como a Copel tratou de moldar as mentalidades dos novos trabalhadores, que foram contratados a partir de 2000. Esses operários apresentam-

²⁵ Para efeito do presente estudo, utilizamos como referência para definição do enquadramento das classes sociais no Brasil a visão governamental definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de dados da Pesquisa de Amostra Domiciliar (Pnad). O IBGE divide as classes sociais através de cinco faixas de renda (A, B, C, D, E) conforme a quantidade de salários mínimos em reais recebidos (R\$ 954,00 em 2018). Embora haja divergências em relação a essa metodologia de classificação no meio sociológico e econômico, adotamos esta classificação a partir de vários artigos que versam sobre o assunto, divulgados na imprensa nacional definido a partir dos critérios estabelecidos pelo IBGE e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A “nova classe média” a que se referem, diz respeito àqueles trabalhadores que recebem atualmente entre 3 e 10 salários mínimos, trata-se de um critério de cálculo simplificado e objetivo, que leva somente em consideração o salário atual da pessoa e ignora eventuais conquistas e o patrimônio constituído. Mudanças repentinas de salário para cima ou para baixo podem alterar seu enquadramento e torná-lo impróprio para algumas finalidades.

²⁶ Um dos principais jornais franceses de periodicidade mensal, fundado em maio de 1954 por *François Honti* e *Hubert Beuve-Méry*. A edição francesa original do jornal tem uma circulação de aproximadamente 350 mil cópias. O jornal também é editado em outras línguas, totalizando cerca de 1,4 milhão de leitores em todo mundo.

se ao mundo do trabalho alinhados aos preceitos neoliberais. Isso porque, inicialmente foram submetidos (desde sua infância) a um intenso processo de manipulação exercido pelo capital nos ambientes sociais nos quais estavam inseridos (escola, igreja, família, meios de comunicação, etc.). Num segundo momento coube ao ambiente empresarial toyotista, a exemplo da Copel, aprofundar esse processo, cooptando ainda mais esses trabalhadores com o discurso da administração participativa e, especialmente promovendo a “captura” de aspectos da subjetividade desses operários.

Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa procuramos demonstrar como o perfil dos “novos” trabalhadores do Setor Elétrico brasileiro, e da maioria dos novos trabalhadores, foi influenciado de forma determinante pelo aprofundamento da manipulação capitalista sobre a sociedade nas últimas décadas. A ação ideológica neoliberal, imposta à sociedade pelo capitalismo, resultou na constituição de uma “nova” cultura que forneceu as bases para o surgimento de um novo estrato social, o qual denominamos de “geração neoliberal”. Também resultou na constituição de uma “nova” morfologia para o mundo do trabalho que impôs “novas” dimensões de precarização da força de trabalho, caracterizadas muito mais por uma precariedade existencial do que salarial.

Os jovens trabalhadores da atualidade se caracterizam pela incorporação no seu modo de ser dos valores disseminados pela cultura neoliberal, especialmente a falsa ideia de que a realização social e pessoal se fundamenta na capacidade de consumo das mercadorias produzidas pelo sistema. O consumismo compulsivo como forma de realização e de conquista do “status social” adotado por esses jovens, desenvolveu neles um comportamento altamente competitivo e individualista, especialmente no ambiente laboral. Como somente a aquisição do dinheiro viabiliza a realização da compra dos bens e serviços, acirrou-se ainda mais a disputa no mercado de trabalho com vistas ao crescimento profissional/salarial, especialmente em empresas flexíveis como a Copel.

Demonstramos ao longo da pesquisa como o uso da tecnologia associado ao método de gestão toyotista, implantado na empresa, se demonstra totalmente alinhado às exigências do ideário neoliberal vigente. Isso influenciou de forma decisiva na constituição do perfil dos operários que adentraram na Copel a partir de 2000 e que se caracterizam pelo culto aos valores neoliberais, tais como: competitividade, individualidade, flexibilidade, empreendedorismo, proatividade, adaptabilidade, polivalência, habilidade no uso das novas tecnologias informacionais, crença no discurso da administração participativa, entre outros.

Essas supostas “qualidades”, presentes no trabalhador da geração neoliberal, moldadas desde a infância pela cultura neoliberal, tornaram-se o principal aspecto valorizado pelas empresas para contratação da força de trabalho. Coube a empresa toyotista o papel de aprofundar e aperfeiçoar essas características. Essa prática impacta negativamente sobre a subjetividade dos novos trabalhadores precarizando sua existência, levando-os a experimentar o permanente estresse, a desesperança, o estranhamento e, por vezes, até o adoecimento físico e/ou psicossocial.

Uma das principais relevâncias dessa pesquisa consiste no fato de que ela buscou desvendar os aspectos mais determinantes da nova morfologia do trabalho, que influenciaram diretamente na constituição do perfil dos novos trabalhadores. Qualquer ação que se proponha a transformar e superar os aspectos negativos da realidade laboral atual passa pela compreensão das novas relações estabelecidas entre capital e trabalho na era neoliberal. É preciso compreender a forma como se dá o processo de precarização existencial ao qual são submetidos esses trabalhadores e o reflexo destrutivo que isso tem para suas personalidades.

Outro aspecto relevante da pesquisa é o fato de que os estudos realizados até o momento em empresas do Setor Elétrico nacional se referiam a empresas privadas ou privatizadas, onde o conflito entre capital e trabalho aparece de forma mais explícita. Diferentemente das pesquisas realizadas anteriormente, o presente estudo de caso teve como laboratório uma empresa “pública”. Apesar de mercadorizada, a Copel está sob controle acionário do governo do Paraná desde sua criação em 1954. No ambiente de uma empresa “pública” o gerente, apesar de também ser um trabalhador, é o representante do capital. Neste sentido o conflito de classes torna-se mais camuflado, mascarado, porém, encontra-se tão presente quanto no ambiente privado, já que esse conflito é inerente ao sistema capitalista.

Constatamos que a constituição de um ambiente desfavorável ao desenvolvimento de uma consciência efetiva de classe efetiva por parte dos trabalhadores da Copel foi facilitada pela reestruturação produtiva toyotista desenvolvida pela empresa. Esse processo foi um dos carros chefes do metamorfoseamento do ambiente laboral das empresas a partir dos anos 90, estando totalmente alinhado com a onda neoliberal vigente no Brasil neste período.

Diferentemente de reestruturações drásticas e radicais sofridas por outras empresas privadas ou privatizadas do Setor Elétrico nacional, como o caso das empresas paulistas, na Copel essa reestruturação se deu de forma mais requintada e fetichezada, porém, com o mesmo resultado danoso para os trabalhadores. Esse processo não ocorreu isoladamente, foi determinado por uma conjuntura de transformações socioeconômicas impostas pelo sistema do capital desencadeadas a partir da crise estrutural do sistema, ocorrida na década de 1970.

A principal resposta do capital à crise foi a mundialização e financeirização econômica. Isso impôs aos governos nacionais e suas empresas um alinhamento com as demandas neoliberais. Países periféricos, como o Brasil, foram obrigados a abrir suas economias ao capital financeiro internacional, privatizar suas empresas estatais, flexibilizar/desregulamentar sua legislação trabalhista, além de impor às empresas públicas e privadas uma profunda reestruturação dos seus processos de produção. Neste sentido, o aprofundamento da manipulação capitalista sobre a sociedade facilitou a assimilação pela maioria das pessoas do ideário neoliberal. Para isso, nas últimas décadas o sistema do capital buscou exercer o domínio não somente dos governos das nações, mas também das estruturas ou instituições sociais capazes de influenciar ideologicamente a sociedade.

Governos, universidades, escolas, igrejas, entidades filantrópicas, meios de comunicação, mídias sociais, empresas, entre outros, foram aparelhados pelo capital a fim de serem utilizados como “correia de transmissão” da ideologia neoliberal. A ação manipulatória, articulada e simultânea disseminada nas diversas esferas da sociabilidade humana, possibilitou ao capital reforçar o fetiche do consumo das mercadorias como ideal de vida e de realização social para a maioria das pessoas. Esse processo visa principalmente dar conta do consumo das mercadorias produzidas em excesso pelo sistema, resultado do grande desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Na atualidade, o consumo tornou-se o *ethos* social da maioria das pessoas. Com a prevalência deste “novo” modo de vida, tornou ainda mais vital a mercadoria “dinheiro” reforçando o comportamento individualista e competitivo entre todos, especialmente no ambiente laboral. Como somente o dinheiro pode realizar o consumo dos bens e serviços na

sociedade capitalista, o trabalho se tornou para o operário a principal forma de obtê-lo. Na “sociedade do consumo” ter o melhor emprego, receber o maior salário implica competir acirradamente com seus pares.

A geração de trabalhadores que adentrou ao mercado de trabalho, a partir da década de 2000, apresenta-se plenamente alinhada aos preceitos neoliberais do consumismo, do individualismo e da competitividade. Desde sua infância esse trabalhador foi submetido culturalmente ao ideário neoliberal nos ambientes sociais ao qual estava inserido. Posteriormente, esse processo de aculturação encontrou na empresa flexível um terreno fértil para seu aprofundamento. Em empresas toyotizadas como a Copel, onde a prática da chamada “administração participativa” consolidou e aprofundou de forma hegemônica a cultura da flexibilidade, o trabalhador é submetido a um processo contínuo de cooptação e adesão ao ideário neoliberal. Num ambiente assim se torna muito mais fácil exercer uma ação manipuladora sobre a força de trabalho, que em muito é facilitada pelo uso da tecnologia e pela utilização de controles dos processos de trabalho cada vez mais rígidos e eficazes, com vistas a aferir continuamente os resultados da produtividade de cada um.

Um dos carros chefes da reestruturação produtiva na Copel foi a criação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), constituídos por trabalhadores, supervisores e gerentes que tinham como principais objetivos o estudo dos conceitos e práticas da “Qualidade Total”, a criação de formas de melhoria da produtividade e a padronização dos processos de trabalho. As melhores práticas (saber operário) foram consensadas e transformadas em manuais informatizados e/ou *softwares* que foram incorporados ao sistema informacional e se tornaram propriedade exclusiva da empresa. A “gestão participativa” desenvolvida a partir desses grupos possibilita à Copel a constante captura de aspectos da subjetividade dos trabalhadores, especialmente do conhecimento sobre a execução do trabalho. Isso, além de possibilitar o aumento da produtividade do trabalhador, intensifica o controle sobre seu trabalho tornando-o cada vez mais dependente da maquinaria para execução das tarefas, precarizando ainda mais sua existencialidade.

Constituiu-se na Copel um ambiente laboral dominado pelo “espírito toyotista”, que diuturnamente busca encantar e cooptar os trabalhadores de modo a criar um falso clima de harmonia entre as classes (capital e trabalho), onde “todos devem fazer parte do mesmo time” e “serem responsáveis igualmente pelos destinos da empresa”. Até os termos “trabalhador” e “operário” são substituídos pela designação de “colaborador” pela direção da empresa, com vistas a amenizar os interesses “naturalmente” antagônicos e conflitantes existentes entre patrões e empregados. Assim, o “embate entre as classes” busca dar lugar ao “consentimento”. Com vistas a cooptar mais facilmente os trabalhadores, baratear custos e enfraquecer os sindicatos a empresa também introduziu novas formas de ganhos salariais (participação de lucros, produtividade, prêmios por metas). Apesar da empresa insistir que essas novas formas de remuneração tem o objetivo de premiar os trabalhadores mais produtivos, na prática parece visar muito mais a desmobilização das lutas por melhorias salariais, além de baratear os custos já que esses valores não são incorporados efetivamente aos salários.

Apesar desse quadro de precarização existencial gerado pela reestruturação produtiva da Copel, o convencimento dos trabalhadores para adesão ao ideário toyotista foi tão eficaz que, atualmente, muitos desses operários assumem “voluntariamente” a função de “facilitadores” dos programas desenvolvidos pela empresa, tal qual: o “Anima”, “5S”, “Eletrocidadania”, entre outros. Além disso, vários deles ainda realizam trabalhos voluntários externamente em clubes de serviços, APMF's, entidades sociais, entre outros, reproduzindo os conceitos e práticas toyotistas aprendidos na Copel, tal como: 5 S, controle de estoques, grupos de estudos da qualidade, padronizações, entre outros.

Em empresas submetidas a flexibilização como a Copel, a captura da subjetividade se constitui numa das principais formas de controle ideológico do capital sobre o trabalhador, constituindo-se na busca cotidiana de conquistar as mentes e corações do operariado a fim de criar a falsa ideia de que os objetivos de ambos são os mesmos. O toyotismo parece cumprir com muita eficácia essa função. Se no passado o fordismo buscava apropriar-se do “saber fazer operário” muitas vezes de forma coercitiva, na atualidade o toyotismo aprofunda isso, porém o faz de

forma diferenciada buscando a cooperação “voluntária” da maioria dos trabalhadores. Ao transferir para o Capital o conhecimento do seu trabalho (trabalho vivo) o operário se torna cada vez mais refém do sistema. Atualmente os eletricitas da Copel dependem totalmente da tecnologia e das padronizações dos processos para execução de suas atividades.

Apesar do incremento tecnológico criar a ideia de “especialização” do trabalhador, pelo fato do mesmo manusear os equipamentos eletroeletrônicos, na prática o que normalmente faz é precarizá-lo ainda mais, na medida em que tende a simplificar o trabalho continuamente, resumindo-o a simples comandos (*enter*) de sistemas informatizados. A perda do conhecimento e a precarização do trabalho dificulta que as novas gerações de trabalhadores compreendam a totalidade que envolve o processo de trabalho ao qual estão inseridos, tornando-os cada vez mais estranhados em relação a ele. Esses trabalhadores tendem a não se enxergar mais no seu trabalho, não se realizando efetivamente nele.

Assim, o ambiente de trabalho na “era neoliberal” se constituiu de um “*lócus* adoecido” que pode isso, induzir mais facilmente o trabalhador ao adoecimento físico e/ou psicossocial. O grupo de trabalhadores pesquisados (eletricitas, técnicos comerciais e eletrotécnicos) representa um retrato fiel da categoria eletricitária da Copel Distribuição e, provavelmente, da maioria dos trabalhadores da nova geração neoliberal. Esses trabalhadores são altamente escolarizados, têm formação normalmente acima da exigida para as funções que exercem e acreditam no “mito” de que o aprimoramento contínuo dos estudos lhes garantirá a “empregabilidade” e o crescimento profissional. A empresa busca alimentar esse fetiche, porém, na prática visa apenas produzir um trabalhador dinâmico, adaptável e capaz de responder às demandas surgidas no cotidiano produtivo da empresa, sem que isso gere nenhum custo adicional. Na medida em que esses trabalhadores altamente escolarizados não alcançam a promoção funcional/salarial almejada tendem a se frustrar, pois percebem que o discurso do incentivo aos estudos como forma de ascensão na carreira profissional não coaduna com a prática empresarial.

Uma das principais formas de aumento da produtividade implementada pela Copel nos últimos anos foi o investimento intenso em tecnologia como forma de

diminuição da força de trabalho contratada. Apesar do aumento progressivo do número de consumidores atendidos, a empresa diminuiu postos de trabalho gerando sobrecarga para muitos trabalhadores, obrigando-os a estender sua jornada de trabalho, inclusive invadindo parte do seu tempo livre. Essa invasão do tempo de lazer pelo tempo de trabalho foi facilitada pelo fornecimento pela empresa aos trabalhadores, de *smartphones* e *tablets* com acesso livre e ilimitado à internet. Na atualidade, o encantamento pelas novas tecnologias e pela navegação na rede envolve a maioria das pessoas que, praticamente, não conseguem mais se desconectar do sistema computacional. Neste sentido o toyotismo soube aproveitar muito bem a seu favor essa característica da sociedade contemporânea. A cessão desses equipamentos com acesso ilimitado à rede que, “aparentemente” seria uma vantagem para trabalhador, viabiliza uma conexão permanente com o trabalho. A postagem de mensagens acerca do trabalho e das metas feitas a todo momento nos grupos de *WhatsApp* criados pela empresa, garante a efetividade disso.

As metas de produtividade e a progressiva diminuição de postos de trabalho impõem aos trabalhadores operacionais a realização de horas extras em praticamente todos os dias, inclusive aos finais de semana, quando estão de “sobrevivo”, totalmente à disposição da empresa. Essa sobrecarga de trabalho tem provocado a diminuição sistemática do tempo livre desses trabalhadores que ficam conectados praticamente 24 horas por dia ao trabalho. Um dos maiores reclames dos trabalhadores operacionais que foram entrevistados foi a diminuição do tempo destinado ao convívio familiar e ao lazer. Segundo eles, isso tem prejudicado o relacionamento entre as famílias e influenciado negativamente a saúde psíquica e física de muitos deles. O estabelecimento de metas cada vez maiores também impacta diretamente na carga de trabalho desses operários. Toda vez que uma meta é superada, ela é elevada para forçar a ampliação da produtividade. Essa é a principal forma utilizada pela empresa toyotista para ampliação dos lucros.

A cobrança contínua pelo aumento da produtividade e o tempo reduzido para execução das tarefas estabelecidas pelos padrões informatizados, impõem um ritmo intenso à atividade laboral desses trabalhadores. Na pesquisa aplicada em 2017 o reclame que apareceu com maior frequência foi em relação à carga de trabalho e à

cobrança pelo atingimento das metas, que pressionam diuturnamente os operários. Além disso, o processo de avaliação do desempenho, que exige sempre mais dos trabalhadores, eleva a tensão entre eles e em relação à gerência. Esse processo provoca o “estresse contínuo”, situação “naturalizada” na empresa, que facilmente pode evoluir para doenças psíquicas como a depressão, síndromes diversas, etc. Apesar de não termos obtido acesso aos dados oficiais sobre os adoecimentos oriundos do trabalho na Copel, observamos no contato com os trabalhadores que diversas doenças físicas, especialmente nos membros superiores, e doenças psíquicas vêm afetando a saúde de parte desses operários. O ambiente de trabalho de empresas flexíveis como a Copel tem se tornado cada vez mais um ambiente adoecido, propício ao desenvolvimento de patologias laborais.

O processo de avaliação de desempenho, “Nossa Energia”, além de assediar moralmente os trabalhadores ainda dificulta em muito o desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores da classe. A busca pelo alcance das metas de produtividade, da melhor nota na avaliação, da “promoção salarial/funcional”, divide os operários e obriga-os a intensificar o comportamento individualista e competitivo. Isso praticamente inviabiliza o desenvolvimento de uma efetiva consciência de classe entre eles. Mas, mesmo atingindo as metas de produção a maioria desses trabalhadores não é enquadrada como “alto desempenho” e não recebe nenhuma premiação funcional ou salarial. Isso porque, normalmente são poucos os recursos disponibilizados pela empresa aos gerentes para tal premiação.

A solução adotada pelos gerentes para resolver o problema da impossibilidade de enquadramento no alto desempenho dos trabalhadores que atingem a meta estabelecida consiste em culpabilizar os operários avaliados por eventuais erros cometidos ao longo do ano, mesmo que insignificantes do ponto de vista da produção. Com isso, podem retirar “pontos” do trabalhador e inviabilizar seu enquadramento no seletivo grupo dos “premiados”. O estresse e a frustração provocados pela avaliação de desempenho ficaram evidentes em vários dos depoimentos colhidos. Neste sentido, o trabalho tem se tornado para muitos um sinônimo de sofrimento, de adoecimento e não de realização pessoal. Atualmente, o desenvolvimento de patologias laborais também pode ser entendido como uma

manifestação de estranhamento do trabalhador em relação ao seu trabalho. Na prática, a avaliação de desempenho nas empresas flexíveis se reveste muito mais numa ferramenta de penalização do que de valorização do trabalhador.

Vimos também como a intensificação da terceirização contribuiu em muito para a precarização do ambiente laboral dos eletricitários na Copel, na medida em que vem aprofundando a competição entre os trabalhadores próprios e terceirizados. O medo do desemprego associado ao discurso empresarial, que ameaça constantemente a substituição da força de trabalho própria pela terceirizada, faz com que a maioria dos trabalhadores próprios vejam os terceiros como concorrentes, como uma ameaça aos seus empregos. Neste sentido, o desenvolvimento de uma consciência de classe efetiva entre esses trabalhadores se torna muito difícil. O discurso da busca pela empregabilidade através da superação constante das metas, utiliza como principal ferramenta a comparação entre esses operários. Isso se tornou um eficaz instrumento de pressão que faz aumentar a concorrência entre os trabalhadores, ampliando o sobretrabalho e a produtividade.

Apesar da sua importância no processo produtivo, os trabalhadores terceirizados se tornam praticamente “invisíveis” aos olhos dos trabalhadores próprios e dos sindicatos que não são capazes de estabelecer uma interlocução direta com eles. A precarização dessa modalidade de trabalhadores é ainda mais intensificada pela exploração das empresas terceirizadas às quais estão vinculados, na medida em que estas pagam salários muito menores e oferecem muito menos benefícios sociais que aqueles recebidos pelos trabalhadores próprios. Apesar de comporem a mesma classe e executarem o mesmo trabalho, inclusive normalmente em condições piores, observa-se a existência de um fosso social entre essas duas modalidades de trabalhadores, próprios e terceirizados.

Verificamos também que a maioria dos operários pertencentes à geração neoliberal se demonstra arredia em relação ao trabalho desenvolvido pelos sindicatos e não vê estas instituições como ferramentas adequadas para luta por seus direitos. Em contrapartida, as entidades sindicais também não têm consciência da profundidade da metamorfose ocorrida no mundo do trabalho e as consequências disso para os trabalhadores. Em nenhum momento os sindicatos acompanharam as

transformações desenvolvidas no ambiente de trabalho da empresa ao longo das últimas três décadas, talvez por essa razão continuam centrando suas lutas apenas no aspecto econômico. Não percebem como as alterações no metabolismo do trabalho têm afetado diretamente a saúde física e psicossocial de grande parte dos trabalhadores, criando novas demandas reivindicatórias. O distanciamento dos sindicatos em relação a esses trabalhadores é agravado pela competição e pelo individualismo. Num ambiente assim, onde se tem dificuldade em desenvolver uma visão coletiva daquilo que é comum e interessa a todos, torna-se difícil desenvolver a solidariedade e uma efetiva consciência de classe. Na atualidade os sindicatos apresentam-se como instituições anacrônicas, fora do tempo e do lugar.

Ao término dessa pesquisa, concluímos que o perfil da nova geração de trabalhadores eletricitários, a geração neoliberal, foi influenciado desde a infância pelo discurso neoliberal desenvolvido nos diversos ambientes sociais nos quais estavam inseridos (escola, televisão, igreja, família). Foram bombardeados desde muito cedo pela ideologia neoliberalizante, fundada no individualismo, na competitividade e no consumismo exacerbado das mercadorias. Assim, os valores neoliberais tais como: concorrência, habilidade, iniciativa, criatividade, proatividade, flexibilidade, produtividade, competências, empregabilidade, metas, entre outros, foram incorporados culturalmente por esses jovens como seus valores de vida. Coube a empresa toyotista aprofundar ainda mais essa cultura e o comportamento neoliberal desses trabalhadores. Esses jovens operários têm uma profunda dificuldade de vivenciar a solidariedade de classe, na medida que a busca pela ascensão profissional e salarial com vistas a realização do consumo, leva-os a competitividade e individualidade desmedidas.

Como a realização do consumo da maioria deles por vezes esbarra nos baixos salários praticados no mercado, tendem a experimentar a “desesperança”, a falta de perspectiva, o sofrimento, o adoecimento e a precarização existencial. Esse processo também é aprofundado pela “captura” de aspectos da subjetividade desses trabalhadores, realizadas diariamente pela prática da “administração participativa” e incrementada pelo uso da tecnologia e dos novos mecanismos de controle e gestão da produção. A precarização existencial e salarial desses jovens trabalhadores é tão

intensa que provoca reverberações nas suas vidas pessoais, afetando negativamente tanto sua saúde física como a mental. Isso é um dos principais resultados para os operários do ambiente laboral adoecido produzido pelo novo metabolismo do capital, constituído nas últimas décadas por meio do aprofundamento da manipulação capitalista sobre os trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que esses jovens operários se caracterizam pela especialização, flexibilidade, polivalência, habilidade no manuseio da tecnologia e na adaptação às necessidades da empresa toyotizada, contraditoriamente, encontram-se precarizados e intensamente subsumidos à maquinaria. O trabalho, apesar de envolto pela tecnologia é cada vez mais simplificado e precarizado, tornando-se estranho aos trabalhadores que continuamente se desumanizam, se desefetivam enquanto seres sociais. São trabalhadores que têm como ideal de vida o modo de “ser” aburguesado baseado no consumo exacerbado das mercadorias, que jamais se realiza na sua plenitude. Este ambiente laboral doente absorve a maioria das energias físicas e psíquicas do trabalhador e tende a levá-lo à frustração com o trabalho, ao sofrimento e, por vezes, ao adoecimento precoce.

Assim, o desafio atual imposto a esses trabalhadores é homérico e consiste primeiramente na busca pelo entendimento da nova morfologia do mundo do trabalho, especialmente como se dá a ação ideológica manipuladora do capital. A partir disso, criar as condições de enfrentamento dessa realidade, que passa necessariamente pelo debate e pela disputa ideológica junto à sociedade. Pensar um modelo societário para “além do capital” implica primeiramente em resgatar os laços de solidariedade entre os trabalhadores, transformando-os em um mecanismo da construção de uma “consciência de classe efetiva”. Uma transformação social estrutural somente será possível a partir da compreensão dessa realidade por parte dos trabalhadores, de modo que isso permita levá-los ao desenvolvimento de ações que ultrapassem as formas superadas de lutas, atualmente desenvolvidas pelos sindicatos. A construção de novas ferramentas de luta que efetivem uma verdadeira revolução social, porém, não será possível sem o desenvolvimento pleno de uma “consciência de classe efetiva” por parte das novas gerações de trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, N. **Lukács: Ontologia e Alienação**. Instituto Lukács, São Paulo, 2014.

ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. Londrina: Editora Praxis, 2ª. Edição, 1999.

ALVES, G. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

ALVES, G. **Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neo Liberal” (1900-2000)**. Revista de Sociologia Política, UFPR, 19, p.71-94. Nov.2002.

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade: Ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Tese de Livre Docência – UNESP, 2007.

ALVES, G. **A Condição de Proletariado: A Precaridade do Trabalho no Capitalismo Global**. Ed. Praxis, Bauru, 2009.

ALVES, G. **Lukács e o Século XXI: trabalho, estranhamento e Capitalismo Manipulatório**. Ed. Praxis, Londrina - Pr, 2010.

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2011.

ALVES, G. **Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de Sociologia do Trabalho**. Ed. Praxis, Bauru, 2013a.

ALVES, G. **Crise estrutural do capital, maquinafatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v.12, n2, p. 235 – 248, jul/dez 2013b.

ALVES, G. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Ed. Praxis, Bauru, 2014.

ALVES, G. **A Tragédia de Prometeu: A degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório**. Bauru, Canal 6, 2016.

ALVES, G. **O Duplo Negativo do Capital: Ensaio sobre a Crise do Capitalismo Global**. Ed. Praxis, Bauru, 2018a.

ALVES, G. **A Nova Precariedade Salarial e o Sociometabolismo no Século XXI**. In: **Precariedade do Trabalho e Saúde Mental: O Brasil da Era Neoliberal**. Ed. Praxis, Bauru, 2018b.

ALVES, G.; CORSI, F. L. **Dossiê "Globalização"**. Revista de Sociologia Política, UFPR, 19, p.7-10. Nov.2002. 27/11/2005.

AMORIM, H. **André Gorz e seus críticos**. Org. J. P. Silva e I. J. Rodrigues, Ed. Annablume, 2006.

ANEEL, **Agência Nacional de Energia Elétrica**. Biblioteca Virtual. In: www.aneel.gov.br. 09/11/2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez Editora – Unicamp, 1995.

ANTUNES, R. (org.) **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. 3ª. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **As Dimensões da Crise no Mundo do Trabalho**. In: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/04antune.html>. 15/12/2005.

ANTUNES, R. **O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. 1ª. Edição, São Paulo, Editora Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **A Sociedade dos adoecimentos no trabalho**. Revista Serviço Social & Sociedade. Jul/set 2015.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2018.

ARAUJO, A. M. C. **Globalização e Trabalho: uma resenha da literatura**. BIB 52, 2001. 2º. Semestre.

AREOSA, J. **A Sublimação, entre Sofrimento e Prazer no Trabalho**. Comentário do artigo: Revista Portuguesa de Psicanálise 33, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997 – O Estado**. R. J., Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BARBOSA, E. R. N. **Privatização do Setor Elétrico: discussões preliminares**. Art. do VI Congresso Intern. Del CLAD. In: <http://www.clad.org.ve/anales6/barboeli.html>. 15/12/2005.

BATISTA, R. L. **Impactos da História**. Londrina: Praxis, 2005.

BATISTA, R. L. **A Ideologia da Nova Educação Profissional no Contexto da Reestruturação Produtiva**. Ed. Cultura Acadêmica, São Paulo, 2011.

BELLUZZO, L. G. M. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados**. V. 4, nº 1, Economia e Sociedade, PPEC, UNICAMP, 1995.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do Capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** Ed. Boitempo, S.P., 2000.

BIANCHETTI, L. As novas Tecnologias do Espaço-Tempo do Saber Tácito dos Trabalhadores. In: **Quando Estar Liberto da Necessidade do Emprego é um Tormento**. 1ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

BIONDI, A. **O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado**. 1ª. Edição, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa: O movimento Operário Europeu em Crise**. p. 69-82. São Paulo. Editora Boitempo, 1ª ed., 1998.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **A nova bíblia do Tio Sam**. Fórum Social Mundial, mar/2001.

BRAGA, R. **O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo**. EPTIC – Revista de Economia Política da las Tecnologias de la Información y Comunicación. www.eptic.com.br – vol. VI, n.3, Sep. – Dec. 2004.

BRAGA, R. **Por Uma sociologia da condição proletária contemporânea**. 30º. Encontro Anual da ANPOCS, out. 2006ª.

BRAGA, R. **Uma sociologia da condição proletária contemporânea**. Revista Tempo Social, jun. 2006b, v. 18, nº. 1.

BRANT, L. C.; GOMEZ, C. M. **A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho**. Ciência & Saúde Coletiva, RJ, v.9 n.1. p.213-223, 2004. In: www.scielo.br/pdf/csc/v9n1/19838.pdf.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.

CAMPOS, V. F. **TQC: Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. Fundação Christiano Ottoni – UFMG. Rio de Janeiro: Bloch, 1992.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. Ed. Expressão Popular, SP, 2013.

CASULO, A. C. O Brasil e a Nova Ordem Neoliberal: impactos na saúde mental da classe trabalhadora. In: **Precariedade do Trabalho e Saúde Mental: O Brasil da Era Neoliberal**. Ed. Praxis, Bauru, 2018.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Ed. Paz e Terra, SP, 1999.

CASTEL, R. **As Metamorfoses do Trabalho**. In: **Globalização o fato ou mito**. Org. Fiori, J. L., Skinner, M., Noronha, J. C. Rio de Janeiro, Editora EdUERJ, 1998.

CASTRO, N. J. **Avanços na Reestruturação do Setor de Energia Elétrica**. R. J., Art. IE-URFG, 2003. In: www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/artigos/castro6.htm.

CASULO, A. C.; SILVEIRA, C.; ALVES, G.; VASQUEZ, P. (org). **Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da era neoliberal**. Projeto Editorial Práxis, Bauru, 2018.

CAVALCANTE, S.; WOLFF, S. O mundo virtual e reificado das Telecomunicações: o caso Sercontel. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. Org. Ricardo Antunes, Editora Boitempo, S. Paulo, 2006.

CAVALCANTE, S.; WOLFF, S. **Os gerentes na empresa neoliberal e a crise das “classes médias”**. Art. Apresentado no 32º Encontro Anual da ANPOCS - 2009. In: <https://anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt24-15/2531-saviocavalcanti-os-gerentes/file>.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1998. In: http://www.eletrobras.gov.br/EM_Biblioteca/biblioteca_setor.asp. 10/11/2005.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

COPEL - **Apostila Gerenciamento da Rotina** - Escritório da Qualidade e Produtividade, 1993.

COPEL – **Informativos Trimestrais: 1997 a 2009**.

COPEL – **Relatórios Gerenciais: 2001**.

COPEL – **Relatório Gerencial Anual de Gestão e Sustentabilidade: 2008**.

COPEL – **Relatórios Gerenciais: 2014**.

COPEL – **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras – 2016**.

CORSI, L. F. **Crise do Capitalismo Global no Mundo e no Brasil**. Bauru, SP. Editora Canal6, 2013.

COSTA, G. M. **Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social**. Revista Urutágua no. 09, Maringá, 2006.

COSTA, G. M. **Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács**. 2ª. Edição, Instituto Lukács, São Paulo, 2012.

COSTA, L. R. **A Crise do Fordismo e o Embate entre Qualificação e Competência: conceitos que se excluem ou que se completam?**. (art.) Revista Política & Trabalho, no. 26, abril, 2007, p. 127-142.

DANTAS, M. **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. URFJ IE – Instituto de Economia. Campos, R.J., 1999.

DANTAS, M. **Informação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. Revista Lua Nova, nº. 60, 2003.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Ed. Boitempo, S.P., 2016.

DEJOURS, C. A. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Editora Cortez, 5ª. Edição, São Paulo, 1998.

DEJOURS, C. A. Organização do trabalho e saúde mental: quais são as responsabilidades do manager? In: **Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar**. Org. Katia Barbosa Macedo – Goiânia: Ed. da PUC, 2016.

DEL ROIO, M.; SILVA, E. C. **A crise do mundo do trabalho e a atualidade de Gramsci**. Novos Rumos, São Paulo, v. 39, n. 39, p. 22-35, 2003.

DEL ROIO, M. **A mundialização imperialista**. Lutas Sociais, São Paulo, v. 11/12, p. 36-46, 2004.

DEL ROIO, M. **O Estado da globalização**. ALVES, Coordenador Giovanni; HENRIQUES, Coordenador Luís Sérgio, Site Gramsci, p.42, 1999.

DIEESE - **Perfil ocupacional dos empregados do setor de energia elétrica no Brasil: 1998/2004**. Estudos e Pesquisas – ano 3 / nº 28 – dezembro de 2006.

DIEESE - **As Tarifas de Energia no Brasil: sistemática de correção e evolução dos valores**. Nota técnica – Nº 58, dez 2007.

DIEESE - **As tarifas de energia no Brasil: sistemática de correção e evolução dos valores**. Nota Técnica – nº 58 – dezembro de 2007.

DIEESE - **Boletim do Setor Elétrico. Julho de 2013**.

- DOOB, M.H. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FAYET, L. A. **Reflexões sobre a Privatização da Copel**. In: <http://www.fayet.com.br/2001privatizacao.htm>. 25/11/2005.
- FERREIRA, V. C.; ARAÚJO, A. M. C. Desemprego e Imagens de Gênero: a experiência de estar sem trabalho entre homens e mulheres da categoria metalúrgica. In: **Trabalho, Trajetórias e Identidades: qualificação, deslocamento e crises**. Ed. Annablume, São Paulo, 2015.
- FIORI, J. L. O Poder Global. In: **O Poder Americano**. Ed. Vozes, Petrópolis, 2004.
- FIORI, J. L. **Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises**. IEA – USP, 2013.
- FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J. C. **Globalização: o fato ou mito**. Ed. EdUERJ, Rio de Janeiro, 1998.
- FIRJAM. **Atualidades do Setor Elétrico Nacional**. GASE - Grupo de Acompanhamento do Setor Elétrico, Rio de Janeiro, 2003.
- FNU – **Boletim da Federação Nacional dos Urbanitários** (2010).
- FONTES, V. **Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada**. (art.) Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol.2, no. 3, 1996, p.34-58.
- GARCIA, D. M. F. **Juventude em tempo de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho**. Cadernos do CERU, série 2, nº 14, 2003.
- GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos**. Cader. Metop., São Paulo, v. 17, n.33, p. 265-296, maio/2015. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>.
- GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. (trad. Storniolo, I.) S. Paulo, Editora Ideias e Letras, 2007.
- GOMES, A. A. C. **Reestruturação das Indústrias de Rede: Uma Avaliação do Setor Elétrico Brasileiro**. Biblioteca depositária Central da Universidade Federal de Santa Catarina- CAPES, 1998.
- GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel**. Ed. Boitempo, S. Paulo, 1999.
- GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. Obras escolhidas, tradução de Manuel Cruz, São Paulo: Martins Fontes, 1º edição, 1978.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. 5º Edição – Tradução Carlos Nelson Coutinho, Ed. Civilização Bras, R. Janeiro, 1984.

GROPPO, L. A. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas**. Revista de Educação do Cogeime. Ano 13, nº 25, dez/2004.

HARVEY, D. **Condição Pós Moderna**. Ed. Loyola, S.P., 1993.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Ed. Loyola, 1ª. edição, S.P., 2004.

HELOANI, R. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. Ed. Cortez, S.P., 1994.

HELOANI, R., BARRETO, M. **Assédio Moral: Gestão por Humilhação**. Ed. Porto Editorial Juruá, Curitiba – Pr, 2018.

HUWS, U. **Fixo, volátil, ou dividido: O trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no séc. XXI**. Rev. eletrônica Pegada, v. 7, nº 2, nov. 2006.

HUWS, U. **The new gold rush: the new multinationals and the commodification of public sector work**. In: Work organization, labour & globalization, v. 2, no. 2, Autumn, 2008.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. Editora Civilização Brasileira, 2ª ed. p 53-68. Rio de Janeiro, 1992.

ISP BRASIL. **A Privatização dos Serviços Públicos no Brasil**. Publicação da Internacional de Serviços Públicos no Brasil (ISP). São Paulo, 2006. www.ispbrasil.org.br/dentro/imagens/privatizacao20dos%20servicos%20publicos.pdf.

Jornal Gazeta do Povo – 03/05/2017.

KEYNES, M. J. **Inflação e Deflação**. In: Os pensadores. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1978.

KUMAR, K. **Da Sociedade Pós-industrial a Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Ed. Jorge Zahar, R.J., 1997.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho Imaterial: forma de vida e produção da subjetividade**. Ed. DP&A, 2001.

LEITE, M. P.; SILVA, R. A. **A Sociologia do Trabalho diante da Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica**. BIB 42, 1996, 2º. Semestre.

LEME, A. A. **A Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro: Uma abordagem sociológica acerca da privatização**. Biblioteca depositária Comunitária UFSC – CAPES, 2003.

LINHART, D. **A Desmedida do Capital**. Ed. Boitempo, S.P., 2007.

LORENZO, H. C. **O setor de Energia Elétrica no Estado de São Paulo: 1900-1989**. UNICAMP, 1987.

LORENZO, H. C. **O Setor Elétrico Brasileiro: reavaliando o passado e discutindo o futuro**. <http://www.elektrobras.gov.br/IN/setoreletrico.asp>. 20/11/2005.

LUCENA, C. **Von Hayek e o conhecimento tácito: uma análise das suas contradições**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 31-50, Ago/ 2010.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Ed. Boitempo, S.P., 2013.

MACHADO, J. A. S. **Trabalho, Economia e Tecnologia: Novas Perspectivas para a Sociedade Global** - São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003. 2a. Ed.

MACIEL, M. L. **Ciência, Tecnologia e Inovação: A relação entre conhecimento e desenvolvimento**. BIB 54, 2002. 2º. Semestre.

MARCELINO, P. R. P. **Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. Tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2008.

MARTINEZ, M. C.; LATORRE, M. R. D. O. **Saúde e capacidade para o trabalho de eletricitários do Estado de São Paulo**. Ed. BPDÍ – USP, Ciência & Saúde Coletiva, v. 13, n.3, p 1061-1073, 2008.

MARTINS, L. L. P. **Síndrome do Burnout: novos desafios para gestão de funcionários do sistema elétrico**. Foz do Iguaçu – PR, Art. Pub. CONTEC – 2016.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. In: Prefácio de 1859, trad. Florestan Fernandes, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital: crítica a economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Editora Boitempo, São Paulo, 2013.

MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Ed. Paz e Terra, S.P., 1997.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844**. In: Marx/Engels: história. S. Paulo, Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos / Karl Marx**; trad. Jesus Ranieri, São Paulo, Boitempo, 2010.

MATHIS, A. A.; NASCIMENTO, M. A. C.; GOMES, V. L. B. **Programa de renda mínima e o debate sobre necessidades na tradição marxista**. Revista “Ser Social”, Brasília, v. 12, nº 27, p. 8-32, jul/dez 2010.

MORIGUCHI, C. S. **Sintomas musculoesqueléticos em eletricitistas de rede de distribuição de energia**. Art. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, 2008.

NOGUEIRA, V. A. **Reestruturação do Setor Elétrico: um estudo qualitativo das condições de trabalho e saúde dos eletricitários frente a privatização da CERJ**. Tese de mestrado – Fund. Osvaldo Cruz, Esc. Nacional de Saúde Pública, 1999. In: http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00002405&lng=pt&nr=iso.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Empresa Multinacionais no Setor de Energia Elétrica Brasileiro: Duke, Tractebel, EDF e AES**. S. P., DEZ. 2007.

OLIVEIRA, E. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. 1ª. Edição, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 1998.

OLIVEIRA, F. **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público**. Novos Estudos CEBRAP, n. 22 – RJ, Out. 1988.

OSADA, T. **Housekeeping, 5S's: seiri, seiton, seiso, seiketsu, shitsuke**. São Paulo: Instituto IMAM, 1992.

PEREIRA, L. C. B. **A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Cadernos MARE de reforma do estado – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Brasília, 1997.

PEREIRA, J. M. D. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. Cadernos do DESENVOLVIMENTO, R. Janeiro, v.6, nº 9, p. 121-141, dez 2011.

PINTO, A. P. **Eficiência Técnica e Crescimento da Produtividade no Setor Elétrico Brasileiro: Evidência Empírica do Período 1997/1999**. Biblioteca depositária Central da UFMG. CAPES, 2000.

PRAUN, L. **Reestruturação Produtiva, Saúde e Degradação do Trabalho**. Ed. Papel Social, Campinas – SP, 2016.

RABELO, L. C.; CASTRO, M. L.; SILVA, J. M. A. **Dublês do setor elétrico: Reflexões sobre a identidade e trabalho terceirizado**. Art. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, UFMG, 2016.

RAMONET, I. **O pensamento Único e os Regimes Globalitários. In: Globalização: o fato e o mito.** Org. Fiori, J. L., Skinner, M., Noronha, J. C. Rio de Janeiro, Editora EdUERJ, 1999.

RONDINA, R. **Sufrimento no trabalho na visão de Dejours.** Revista Científica Eletrônica de Psicologia, FASU/FAEF, ano IV, número 7, Nov. 2006.

ROSA, L. P. **A Reforma do Setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica.** R. Janeiro, Relume Dumará, 1998.

ROSA, L. P. **Participação Privada na Expansão do Setor Elétrico ou Venda de Empresas Públicas.** COPPE/URFG, 2003. 2ª edição.

SANTOS, A. O. **Trabalho e Globalização: A crise do Sindicalismo Propositivo.** Ed. Práxis, 2001.

SANTOS, A. **Dicionário Sindical e do Trabalho.** Londrina, Editora Eduel, 2014.

SANTOS, C. A. **A “comodificação” de uma empresa pública: o caso da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.** Dissertação de Mestrado UEL, Londrina, 2009.

SANTOS JUNIOR, S.; FREITAS, H.; LUCIANO, E. M. **Dificuldades para o uso da tecnologia da informação.** Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , jul/dez 2004.

SATOSHI, K. **Japão: a outra face do milagre.** Ed. Brasiliense, S.P., 1985.

SENNETT, R. **A Cultura do Novo Capitalismo.** Ed. Record, R.J, 2006.

SILVA, D. E. **Neopentecostalismo, dinheiro, dádiva e representação social do divino.** Revista INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade, v. 3, n. 3, 2008.

SILVER, B. J. **Forças do Trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870.** Ed. Boitempo, S.P., 2005.

TAVARES, M. C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil.** Campinas, Editora Unicamp, 1986.

VIEIRA, A.; GARCIA, F.C. **Gestão do conhecimento e das competências gerenciais: um estudo de caso da indústria automobilística.** Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , jan/jun 2004.

VIEIRA, J. P. **Energia Elétrica como antimercadoria e sua metamorfose no Brasil: a reestruturação do setor e as revisões tarifárias.** São Paulo: Tese de Doutorado pela USP, 2005.

VIEIRA, J. P. **Antivalor: um estudo da energia elétrica: construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 1990.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

WOLFF, S. **O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos.** Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2004.

WOLFF, S. **Percepção e Vivência Operária sob os Novos Parâmetros Gerenciais e Tecnológicos: o caso de uma empresa de telecomunicações.** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife - PE, 2007.

WOLFF, S. **Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total.** Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2005.

ZUBOFF, S. **Automatizar/informatizar: as duas faces da tecnologia inteligente.** Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , nov/dez 1994.